

NATHALY RIBEIRO DA COSTA SOARES

**ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE COMPRADA ENTRE O
BRASIL E A CHINA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

CURITIBA

2011

TERMO DE APROVAÇÃO

NATHALY RIBEIRO DA COSTA SOARES

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE O
BRASIL E A CHINA

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Mariano de Matos Macedo

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 29 de junho de 2011.

“O saber é a única ferramenta de produção que não está sujeita a rendimentos decrescentes.” Clark, J.M.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me dado a vida e esta oportunidade,

À minha amada mãe, Neuza, que sempre me encorajou a não desistir dos meus sonhos, sofreu e vibrou ao meu lado,

Ao meu querido pai, Antonio (in memoriam), que mesmo na sua ausência, se fez presente nos meus pensamentos,

Ao meu noivo, Inacio Marcelo, eterno namorado, companheiro de todas as horas, obrigado por compreender a minha ausência e acreditar no meu potencial,

Aos meus queridos irmãos, pela amizade, apoio e incentivo,

Aos meus amigos e companheiros de curso, que foram muitos ao longo do caminho, cada qual, contribuiu de forma única, para tornar o caminho mais suave,

Ao professor Fábio, pelo conhecimento e entusiasmo que desde as aulas de desenvolvimento, conquistou a minha admiração e respeito,

Aos professores da banca, Mariano e Igor, pelas contribuições e sinalizações,

A todos os professores da graduação, que construíram ao longo desses anos para a minha formação, com seus conhecimentos e experiências,

E a todos os demais que participaram dessa jornada de superação, o meu muito obrigado.

LISTA DE ABREVIATURAS

BC	– Banco Central do Brasil
BNDE	– Banco Nacional de Desenvolvimento
CDI	– Conselho de Desenvolvimento Industrial
CMN	– Conselho Monetário Nacional
COFINS	– Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF	– Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira
EAMs	– Empresas de Aldeias e Municípios
FED	– Federal Reserve Bank
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FBKF	– Formação Bruta de Capital Fixo
IDE	– Investimento Direto Estrangeiro
ICMS	– Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IGP-DI	– Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
LTNs	– Letras do Tesouro Nacional
OMC	– Organização Mundial do Comércio
OPEP	– Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORTN	– Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
Paeg	– Plano de Ação Econômica do Governo
P&D	– Pesquisa e Desenvolvimento
PGPM	– Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	– Produto Interno Bruto
Proes	– Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária
PSI	– Programa de Substituição de Importações
SUMOC	– Secretaria de Comércio Exterior
UNCTAD	– United Nations Conference on Trade and Development
ZEE	– Zonas Econômicas Especiais
ZDTEs	– Zona de Desenvolvimento Tecnológico
ZPEs	– Zona de Processamento Especial
II PND	– II Plano Nacional de Desenvolvimento

RESUMO

A presente monografia busca analisar as estratégias de desenvolvimento utilizadas pela economia brasileira e chinesa pós-Segunda Guerra até a crise de 2008. Para tanto o estudo conta com uma revisão da teoria do crescimento e das estratégias utilizadas pelas economias emergentes, especificamente, as estratégias apoiadas no livre mercado e, em políticas de industrialização. Estas estratégias formam a base das políticas adotadas pelas economias analisadas ao longo do período. Através de uma análise histórica foi possível identificar que a economia chinesa obteve mais sucesso em relação às políticas adotadas. O pragmatismo que envolve a estratégia chinesa tem possibilitado o desenvolvimento de níveis superiores de vantagens competitivas. Por outro lado, a economia brasileira não possui uma estratégia de inserção dinâmica no comércio internacional, seu modelo de desenvolvimento esta alicerçado prioritariamente em várias de curto prazo. A política de substituição de importações e abertura econômica possui os mesmos fundamentos, falta de competitividade no comércio internacional e conseqüentemente, dependente dos ciclos de liquidez internacional. Na última década, o desenvolvimento dessas economias levou ao aprofundamento das diferenças entre as estratégias adotadas, enquanto a China continua aprimorando suas vantagens competitivas com a diversificação industrial e mudança estrutural da economia. O Brasil apresenta tem apresentado uma tendência à expansão fundamentada no setor agroexportador, o que deixa a economia dependente de vantagens competitivas menos sustentáveis no longo prazo e, portanto, mais vulneráveis aos ciclos de liquidez internacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico, Vantagens Competitivas, Política Fiscal, Política Monetária, Política Industrial, e Investimento Estrangeiro Direto.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	vi
RESUMO.....	vii
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 EMBASAMENTO TEÓRICO	11
2.1 EVOLUÇÃO DA TEORIA DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO.....	11
2.2 O CONCEITO DE ESTRATÉGIA.....	17
2.3 A BUSCA PELA ESTRATÉGIA ADEQUADA.....	18
2.4 DESENVOLVIMENTO E POLÍTICA LIBERAL.....	19
2.5 ABERTURA ECONÔMICA E CRESCIMENTO.....	21
2.6 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO VIA PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA	23
3 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRA	25
3.1 PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO (1945-1980)	25
3.2 ESTABILIDADE, DESREGULAMENTAÇÃO E ABERTURA (1990-2008).....	38
3.3 UMA ANÁLISE PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.....	45
4 A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO CHINESA.....	47
4.1 MUDANÇA DE PARADIGMAS E CRESCIMENTO ECONÔMICO (1949-1978) ..	47
4.2 ECONOMIA SOCIALISTA DE MERCADO (1978-2008).....	49
4.3 UMA ANÁLISE PARA A ECONOMIA CHINESA.....	56
5 CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o desenvolvimento das economias pós-coloniais começou a ter relevância para os pensadores econômicos após a Segunda Guerra Mundial. São inúmeras as tentativas infrutíferas para determinar e muitas vezes impor a esses países, estratégias inserção na economia mundial.

Entretanto, a busca pelo desenvolvimento é anterior a essas economias, ao analisar a trajetória de desenvolvimento de países como Rússia e Alemanha, que estavam atrasados em relação à Inglaterra, o historiador econômico russo Gerschenkron (1962) criou o conceito de “país de industrialização retardatária”.

Seu estudo indicou que o crescimento e posterior desenvolvimento desses países foi possível devido à intervenção do estado na economia, O objetivo era acelerar o processo de assimilação tecnológica recorrendo a políticas industriais e comerciais protecionistas para posteriormente adotarem instituições sociais mais sofisticadas.

Através dessas informações fica clara a relevância do conceito por traz da política econômica, da análise empírica e histórica por traz do desenvolvimento das economias. A proposição teórica fundamentada em dados reais, e não apenas em interesses políticos, até mesmo, “coloniais”, revestidos por princípios democráticos e econômicos.

O desafio de implantar políticas de desenvolvimento consistentes com o crescimento de longo prazo continua sendo nos dias de hoje, o principal incentivo para realizar estudos sobre a dinâmica de crescimento e desenvolvimento das economias. E, a trajetória de crescimento e desenvolvimento da economia chinesa e brasileira constitui um terreno fértil para entender o mecanismo do desenvolvimento.

A presente monografia tem como objetivo analisar as estratégias de desenvolvimento adotadas pela economia brasileira e chinesa, respectivamente, após a Segunda Guerra Mundial até a crise de 2008. Dado esses objetivos, o estudo está estruturado em cinco capítulos, incluindo a presente introdução.

No segundo capítulo é realizada, em linhas gerais, uma análise da evolução das teorias de crescimento, adicionalmente, há um estudo das estratégias de desenvolvimento adotadas pelas economias em desenvolvimento, é, no entanto, dada ênfase as estratégias de industrialização, abertura econômica e política

monetária, pois compõem o núcleo das políticas adotadas pelo Brasil e pela China ao longo do período analisado.

No terceiro capítulo são apresentadas e analisadas as estratégias de desenvolvimento econômico adotadas pelo Brasil logo após a 2ª Guerra Mundial até meados de 2008, notou-se um caráter acidental e cíclico nas políticas adotadas pelo país ao longo do período, frutos das circunstâncias no cenário externo e nos movimentos observados na economia interna, o que evidencia o caráter inconsistente dessas estratégias com a teoria do crescimento e desenvolvimento de longo prazo.

No quarto capítulo é apresentada e analisada a estratégia de desenvolvimento econômico da China, notou-se um caráter pragmático no modelo adotado ao longo do período analisado, entre 1949 até meados de 2008. Ainda que as políticas de desenvolvimento possam ser divididas em duas fases essencialmente distintas, são complementares, visto que em ambas as fases, o objetivo é a promoção e diversificação da indústria, o que evidencia o caráter consistente dessa estratégia com o crescimento e desenvolvimento de longo prazo.

No quinto capítulo, é apresentada a conclusão da pesquisa, comparando o desempenho do estado brasileiro e chinês em promover estratégias de crescimento e desenvolvimento de longo prazo. Visto que ambas as economias oferecem lições úteis para a compreensão dos instrumentos, mecanismos e desafios que uma economia possui para crescer se desenvolver.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

A seção a seguir tem por objetivo apresentar o arcabouço teórico que sustenta as políticas de desenvolvimento econômico adotadas pelos países de industrialização retardatária, contudo, é dada ênfase nas políticas utilizadas pela economia brasileira e chinesa. A análise será pautada pela linha de pensamento econômico denominada de “economia do desenvolvimento”, são revistas, em linhas gerais, as vertentes teóricas que formam a base desta teoria, os elementos que a constituem e o conceito de estratégia.

2.1 EVOLUÇÃO DA TEORIA DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

A moderna teoria do desenvolvimento econômico surgiu no final da Segunda Guerra Mundial, anteriormente, o conceito de desenvolvimento significava crescimento, porém, à medida que surgiam estudos relativos ao subdesenvolvimento, o termo foi assumindo uma identidade própria e seguiu como um ramo independente na teoria econômica. As teorias clássicas e neoclássicas afirmavam que o livre comércio internacional era responsável pela difusão eficiente do crescimento econômico, de forma recíproca e cumulativa, através dos ganhos de produtividade, expansão dos mercados, maior divisão do trabalho e realocação de recursos produtivos. (Gonçalves, Baumann, Prado e Canuto, 1998)

Por outro lado, os economistas do desenvolvimento, afirmavam que as economias subdesenvolvidas possuíam desafios e características particularmente opostas aquelas que os países desenvolvidos tiveram para se desenvolverem, sendo assim, a teoria clássica, baseada na experiência de desenvolvimento dessas economias, não era suficiente para analisar os desafios econômicos dos países subdesenvolvidos caracterizados por grande capacidade ociosa e emprego ineficiente de recursos.

De acordo com Gonçalves, Baumann, Prado e Canuto (1998) a inadequação da teoria existente foi apoiada pela revolução keynesiana nos anos 30, que estabelecia a existência de duas classes de ciência econômica, a economia clássica, que se destina a economias com pleno uso dos fatores produtivos e outra que se aplicava a economias com grande desemprego de fatores produtivos, por

essa razão, as análises e políticas a serem adotadas eram opostas ao receituário ortodoxo.

A teoria do desenvolvimento econômico remonta à época dos mercantilistas e clássicos, contudo, apenas em 1940, com a crise da teoria neoclássica, foi que conseguiu seguir como um ramo independente na ciência econômica, “Os primeiros modelos tratavam de como se inicia o desenvolvimento econômico em uma região pré-capitalista, discutiam a ‘armadilha do desenvolvimento’, o problema da oferta ilimitada de mão-de-obra, a acumulação primitiva e a poupança forçada, a revolução industrial e seus pré-requisitos.” (Bresser, 2008, pág. 11)

Entretanto, os modelos teóricos da teoria do desenvolvimento não se adaptavam as formulações matemáticas da teoria neoclássica, essas abrangiam apenas experiências históricas, frutos das experiências e dinâmicas especiais de determinados países. De modo alternativo, surgem nos anos de 1970, os ‘modelos de crescimento’, ainda que o primeiro desses modelos tenha sido keynesiano, foi através do trabalho de Robert Solow que esses modelos despertaram o interesse dos economistas neoclássicos.

Segundo Bresser (2008) através de um modelo simples, Solow tornou a dinâmica de crescimento compatível com a análise estática de equilíbrio geral. A partir desse estudo, convencionou-se distinguir a ‘teoria econômica do desenvolvimento’, fundamentada em uma função de produção exógena, onde o progresso técnico e o capital humano são exógenos, de um segundo momento, onde foi possível endogeneizar essas variáveis.

Para Nelson e Winter (2005) a parcela não explicada pelo crescimento dos fatores de produção era extremamente significativa, de modo que a solução encontrada pelos neoclássicos para explicar esse ‘resíduo’ surgido no trabalho de Solow e, denominado ‘avanço técnico’, que seria responsável por nada menos que 80% do crescimento experimentado pela produtividade, não convenceu. E a necessidade de criar uma abordagem que compreendesse o que seria afinal, a mudança técnica, levou os economistas a empreenderem novas pesquisas.

Os autores encontraram mais fragilidades no modelo neoclássico, relacionados especialmente, à mudança técnica, visto que não houve uma especificação sobre a qualidade ou mesmo quantidade desse fator, adicionalmente, a formulação neoclássica não considerou ainda, a existência de incertezas em relação às tentativas de inovar, prevalecendo o caráter público do conhecimento.

A abordagem neoclássica do crescimento econômico revelou-se fraca devido ao fato de não fornecer um instrumental adequado para o estudo da mudança técnica. Como alternativa para esse problema, os autores completam dizendo que "(...) o papel da concorrência é mais bem caracterizado nos termos schumpeterianos de vantagens obtidas mediante a inovação, ou pela adoção precoce de um novo produto ou processo, do que na linguagem do equilíbrio neoclássica." (Nelson e Winter, 2005, pág. 299)

Através de um modelo evolucionário Nelson e Winter (2005) procuram explicar os padrões de produtos, insumos e preços de fatores agregados explicados de forma frágil pela economia neoclássica. O modelo evolucionista dos autores procurou identificar uma economia que, em qualquer momento dado, há uma considerável diversidade de técnicas utilizadas e de taxas de retorno realizadas.

Sendo assim, não haveria, portanto, uma quantidade de insumos e produtos ótima, no ambiente evolucionista, sempre há técnicas melhores não utilizadas por que simplesmente não foram encontradas, e a existência de firmas retardatárias, que utilizam tecnologias menos eficientes do que de outras concorrentes, é uma constante. Dessa forma, a hipótese evolucionista consegue capturar de forma mais abstrata, porém consistente, o fenômeno da mudança tecnológica ao assumir que as firmas estão realizando suas escolhas entre insumos e produtos num ambiente regido por incertezas microeconômicas e macroeconômicas.

De acordo com Nelson e Winter (2005) o crescimento econômico é regido por um processo de seleção, onde o modelo evolucionário considera um processo de desequilíbrio que envolve uma combinação de firmas que empregam diferentes 'safras' de tecnologias como sendo a resultante de diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

"Nos países mais desenvolvidos, as novas tecnologias passam a participar das combinações na medida em que as invenções acontecem. Nos países menos desenvolvidos, as novas tecnologias passam a participar das combinações na medida em que as tecnologias dos países de alta renda passam a ser adotadas." NELSON E WINTER (2005).

Em qualquer tempo, as diferenças entre países podem ser explicadas, por diferenças entre combinações de tecnologias usadas. Há barreiras quanto à assimilação de tecnologias e conhecimento, de economias avançadas para economias menos avançadas, novas tecnologias precisam ser incorporadas a

equipamentos novos, enquanto que nos países menos desenvolvidos, o estoque de capital é mais velho. (Nelson e Winter, 2005)

O uso da tecnologia moderna ainda possui outra peculiaridade, relativa às habilidades que o trabalhador necessita para o seu uso, que depende não apenas do investimento físico, mas também do conhecimento do trabalhador. Os autores caracterizam o ambiente de seleção onde as firmas tomam as suas decisões segundo a natureza dos benefícios e custos da inovação, as preferências dos consumidores, as normas que o regulam e a natureza pela qual a organização toma conhecimento das inovações bem-sucedidas de outras organizações além dos fatores que facilitam a imitação.

Segundo Oliveira (2001) o comportamento da firma no modelo neoschumpeteriano pode ser explicado pela rotina, busca e seleção, ademais, esse processo de desenvolvimento de técnicas através de descobertas revolucionárias não é estático, e dependem da estratégia de competição das firmas além da combinação de vários eventos aleatórios, desde a estrutura na qual se insere, às políticas de P&D desenvolvidas pelo governo para alavancar as vantagens competitivas no ambiente econômico.

Nassif (2005) ressalta que a teoria evolucionista compreende as atividades inovadoras como cumulativas e seletivas, e envolvem retornos estáticos e dinâmicos, a saber, em relação aos custos de entrada, em que as inovações tecnológicas significam economias estáticas de escala, em relação aos ganhos de experiência que são decorrentes da utilização da tecnologia, e representam as economias dinâmicas de escala, em relação ao aprimoramento técnico resultante do esforço inovador, e dos resultados acumulados em relação às técnicas já empreendidas na economia, e, por fim, a capacidade de transbordamentos das inovações no ambiente econômico o qual se insere a inovação.

Dessa forma, é possível identificar que os diferentes setores da economia, apresentam diferentes capacidades de realização de seus potenciais tecnológicos e de desenvolvimento, esses potenciais ficam evidentes através do livre comércio internacional. Esse *trade-off*, entre o preço relativo correto e a vantagem comparativa estática do país, seria exposto pela livre concorrência internacional, a alocação de recursos de forma não competitiva, ocasionaria a perda de crescimento dessa economia no longo prazo, e posterior empobrecimento relativo diante da

incapacidade de manter taxas de crescimento sustentáveis sob esse ambiente econômico.

Para Porter (1990) na etapa inicial de desenvolvimento, as vantagens competitivas de uma economia são fundamentadas em investimento e fatores, nessa fase o governo possui uma influência positiva sobre a economia. Dentre os instrumentos utilizados pelos governos figuram proteções tarifárias, os subsídios, estímulo a poupança, investimentos em educação e infra-estrutura, que são essenciais para na competição internacional. Porém, à medida que o país se desenvolve, passando para a fase de desenvolvimento impulsionada pela inovação, são as empresas que devem impulsionar o processo de desenvolvimento da vantagem competitiva.

O governo é na maioria das vezes, um dos principais agentes de desenvolvimento, a manipulação do capital, das matérias-primas, as exportações subsidiadas e concessões são usadas por todos os países para favorecer determinados setores. Mas, as políticas bem sucedidas são aquelas que criam um ambiente favorável ao desenvolvimento de empresas competitivas. Os instrumentos de manipulação do mercado perdem a eficiência quando o país chega à fase mais sofisticada de competição, a manutenção de algumas práticas pode inclusive, impedir o desenvolvimento da economia.

Os subsídios diretos são um instrumento recorrente dos governos para tentar influenciar e modelar a vantagem competitiva do país. Entretanto, a proteção acaba resultando em uma dependência por parte das empresas, a permanência da restrição artificial a custos de fatores e intervenção no mercado de câmbio, por exemplo, levam as empresas a concorrerem em segmentos sensíveis a custos e preços, afastando as pressões por práticas inovadoras e operando em ramos em que a vantagem competitiva é menos sustentável no longo prazo. (Porter, 1990)

As vantagens baseadas em custos evidenciam a visão incompleta dos gestores econômicos sobre o que determina a prosperidade econômica, pois as indústrias que competem nesse âmbito possuem tecnologias pouco sofisticadas e que são facilmente adquiridas em outros países, onde os custos de fatores básicos formam a parcela maior dos custos gerais. Os subsídios diretos devem ser usados apenas para cobrir uma fração pequena do custo, devem ser utilizados como sinalizadores do comportamento empresarial. O investimento em subsídios indiretos

em educação, pesquisa e infra-estrutura, constituem um gasto melhor dos recursos públicos para melhorar a posição competitiva da indústria nacional.

As inovações podem ser copiadas, contudo, há outras vantagens competitivas mais influentes no processo de desenvolvimento, por estarem relacionadas à maior produtividade, são os investimentos cumulativos em bens concretos e abstratos, que envolvem as atividades de publicidade, relacionamento, conhecimento e reputação. O governo pode intervir na etapa de desenvolvimento inicial na criação de fatores competitivos, porém, deve haver uma consciência generalizada na sociedade sobre a importância do fator competitivo sobre a prosperidade econômica, que necessita de investimentos constantes. (Porter, 1990)

A produtividade é o principal determinante do aumento da renda nacional, que em último caso, garante a receita tributária do governo para investimentos em serviços públicos. O governo deve criar um ambiente que favoreça a competitividade, as empresas devem ser incentivadas a buscar o aumento de sua competitividade, melhorando a tecnologia, os processos de produção e a qualidade do produto. Esse é o caminho para a criação de indústrias mais sofisticadas, que absorvem recursos humanos liberados durante o processo de desenvolvimento e não o caminho inverso de proteção ilimitada.

Apesar de envolver um custo maior, as empresas devem formar alianças que, ao contrário de fusões, não elimina a rivalidade no mercado interno e possibilita uma melhora na competição internacional. As empresas devem patrocinar as pesquisas, mesmo que não haja garantias de exclusividade sobre os resultados. O aumento da produtividade depende do acesso a recursos humanos e tecnológicos em constante aprimoramento, o papel no governo nessa área é fundamental devido à externalidades do processo que podem ser aproveitadas por vários setores da economia. (Porter, 1990)

As economias em desenvolvimento estão atreladas a um modelo de desenvolvimento fundamentado em custos de fatores e disponibilidade de recursos naturais, essas vantagens, no entanto, estão na base da hierarquia existente na relação de vantagens competitivas. A dependência em relação a essas indústrias cria uma situação de extrema vulnerabilidade em relação a políticas protecionistas dos países desenvolvidos. O aparecimento de novas tecnologias e o crescimento mais lento das economias desenvolvidas impacta negativamente a vantagem competitiva dessas economias.

Nesses países a agenda para o desenvolvimento deve priorizar a criação de fatores competitivos mais adiantados, como educação, capacidade técnica local, base de informações, infra-estrutura, desenvolvimento de agrupamentos indústrias correlatas etc. É preciso identificar que indústrias oferecem uma vantagem competitiva no presente e localizar outras fontes de vantagens competitivas nacional, reais ou potenciais, um capital barato estimula os níveis de investimento necessários para o aumento da produtividade. (Porter, 1990)

Um país que fundamenta a sua estratégia de desenvolvimento exclusivamente em multinacionais estrangeiras estará condenando a sua economia a permanecer no nível de competitividade, impulsionado por fatores, caso o país possua uma boa localização regional e outras vantagens locais que o tornem um centro de desenvolvimento do produto, então as multinacionais terão razões mais duradouras para investir no país.

O desenvolvimento de uma indústria nacional é um processo mais lento e arriscado, porém, se obtiver êxito, pode representar uma mudança na vantagem competitiva da economia. Os instrumentos mais importantes para influenciar a vantagem competitiva possuem uma ação mais lenta, mas proporcionam vantagens competitivas mais avançadas no longo prazo. (Porter, 1990)

2.2 O CONCEITO DE ESTRATÉGIA

A concepção de uma estratégia para Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000) é um exercício complexo de compreensão sobre o que se pretende atingir com determinado posicionamento. A partir desse ponto, surgem várias estratégias, cada qual com uma experiência relevante e que podem explicar diferentes estágios do desenvolvimento. A busca pela estratégia adequada resulta no maior aprofundamento de seu entendimento, sua experimentação resulta em interações dinâmicas resultantes do ambiente no qual está inserida.

O ambiente é extremamente complexo, devido principalmente, ao ritmo crescente de demandas, não há espaço para estratégias planas, mas cabe ao gestor assimilar as mudanças, e criar uma estratégia que se adapte as demandas do ambiente no qual se insere, que seja evolutiva. Todas as estratégias, indubitavelmente, pousam sobre “a lâmina de uma faca”, suas vantagens competitivas baseadas ora num planejamento fixo, ora num esforço reativo ou de

adaptação, com o objetivo de reforçar sua posição podem, de uma hora para a outra, desaparecer, visto que o ambiente onde se desenvolvem é instável.

As características da estratégia podem muitas vezes, prejudicar sua capacidade de reação, sob essa perspectiva é que os gestores devem desenvolver uma visão mais abrangente, do processo, de seu conteúdo, das interações estáticas e dinâmicas como forma de aprendizado e planejamento econômico e político, as respostas exatas possivelmente nunca serão encontradas, mas a clareza do objeto será com certeza uma grande vantagem. (Mintzberg, Ahlstrand e Lampel, 2000)

2.3 A BUSCA PELA ESTRATÉGIA ADEQUADA

A adoção de estratégias de desenvolvimento econômico com ampla intervenção do estado, principalmente nos estágios iniciais de desenvolvimento, através de políticas industrial, comercial e tecnológica, é parte da explicação para o nível de crescimento econômico experimentado pela ampla maioria dos países desenvolvidos, que estão na fronteira do conhecimento e desenvolvimento econômico. (Chang, 2002)

O objetivo era sempre, promover a indústria nascente durante o período de *catch-up*, através do financiamento público, barreiras comerciais, monopólios e políticas tarifárias protecionistas. Mesmo após terem concluído o período de *catch-up*, alguns países como, por exemplo, a Grã-Bretanha, no começo do século XIX e os EUA, no século XX, continuaram a praticar políticas ativas de proteção industrial, comercial e tecnológica.

Os subsídios e reembolsos aduaneiros eram amplamente usados para estimular a exportação, o estado subsidiava a indústria, promovia a infra-estrutura, financiava a aquisição de tecnologia estrangeira, por meios legais, tais como, o financiamento de treinamento e viagens de estudo, ou mesmo, por meios ilegais, como a espionagem industrial, contrabando de maquinaria e quebra de patentes. (Chang, 2002)

A capacidade tecnológica da economia era estimulada através do apoio financeiro às pesquisas de desenvolvimento, à educação e treinamento da mão-de-obra, alguns países criavam mecanismos que visavam facilitar as parcerias público-privadas, *joint ventures* e associações ligadas ao estado com o objetivo de aumentar o conhecimento interno em tecnologias mais avançadas.

De acordo com Chang (2002) as boas políticas e as boas instituições proclamadas pelos países desenvolvidos como pré-requisitos para o desenvolvimento econômico, tais como, políticas macroeconômicas ortodoxas, liberalizações comerciais e financeiras, privatizações, minimização do estado, democracia, banco central e direito de propriedade, foram adotadas por essas nações apenas depois de alcançado um nível de desenvolvimento considerável.

Giffin (1999) identificou pelo menos seis estratégias de desenvolvimento e crescimento econômico que foram adotadas pelos países emergentes: (i) fundamentada em política monetária; (ii) abertura econômica; (iii) promoção da industrialização; (iv) fundamentada no setor primário; (v) redistribuição de renda e; (vi) modelos socialistas de desenvolvimento. Para fins metodológicos da pesquisa, serão analisados de forma mais abrangente, as estratégias adotadas pelo Brasil e pela China no período que compreende o período que sucede a segunda guerra até meados de 2008.

2.4 DESENVOLVIMENTO E POLÍTICA LIBERAL

De acordo com Clarke (1988) a estratégia de desenvolvimento econômico baseada em política monetária foi uma resposta a crise de legitimação do estado, que ao promover a alocação de recursos na economia de forma ineficiente, incentivava as crises de reprodução do capital. A solução para essas crises estaria na base do capital, que deveria ser preservada pelos instrumentos da política monetária, preferencialmente, através de políticas monetárias passivas e menos de políticas fiscais.

O setor privado é considerado o agente de alocação dos recursos existentes na economia, mesmo que haja o desemprego de fatores produtivos, esse fenômeno seria na verdade, um nexos dos incentivos através dos quais o mercado regula a atividade econômica de forma eficiente e reflete a capacidade auto-reguladora do sistema. As intervenções do estado na economia com o objetivo de corrigir essas flutuações acabam por intensificá-los, à medida que deterioram a capacidade dos agentes econômicos em realizar previsões coerentes.

Dessa forma, a política monetária expansionista deveria ser evitada, pois inibiria a capacidade de formulação de expectativas racionais por parte dos agentes econômicos, ao promover a confiança dos agentes na estabilidade da economia

assegura-se o bom funcionamento do mercado e amplia a possibilidade de haver o pleno emprego e equilíbrio na economia. Os tributos também deveriam ser sucessivamente eliminados, em favor da capacidade de investimento do setor privado, pois a realocação retira o vínculo estabelecido pelo mercado entre esforço e recompensa, ao dissociar esses elementos, acaba premiando a ineficiência. (Clarke, 1988)

De acordo com Griffin (1999) a estratégia liberal de desenvolvimento é utilizada especialmente, em épocas de crise econômica, os ajustes monetários, fiscais e a reforma do sistema financeiro visam à recuperação econômica através da recuperação da estabilidade do nível geral de preços. O mercado é o centro dinâmico da estratégia, cabe a ele promover o planejamento, geração e transmissão dos recursos na economia de forma eficiente, através da realização de previsões confiáveis sem a interferência do estado.

A estratégia monetarista é regida pela iniciativa individual, pelo empreendedorismo como promotor de crescimento e desenvolvimento econômico, desta forma, as medidas intervencionistas promovidas pelo estado e que alteram a distribuição imposta pelo mercado devem ser evitadas, pois inevitavelmente, são formas de promover distorções e ineficiências no sistema que são em última instância as causas do empobrecimento na economia.

Para Griffin (1999) os objetivos da estratégia liberal podem ser descritos de forma geral como: (i) estabilizar a economia e produzir o bom funcionamento do mercado; (ii) buscar a alocação ótima de recursos, elevar o nível de produção e renda melhorando conseqüentemente, a qualidade de vida na economia como um todo; (iii) alcançar níveis de poupança elevados a fim de elevar a taxa de crescimento da produção e (iv) assegurar a utilização mais eficiente do capital.

Os objetivos do governo na teoria liberal são modestos, visa fornecer apenas o quadro jurídico, institucional e financeiro necessário para que o setor privado possa se realizar, determinando as taxas de investimentos das empresas e as taxas de poupanças das famílias. O governo não deve, sob essa estratégia, buscar alcançar objetivos próprios, sob a pena de introduzir distorções ao mercado e conseqüentemente, ineficiências nas alocações dos recursos.

2.5 ABERTURA ECONÔMICA E CRESCIMENTO

De acordo com Griffin (1999) a abertura econômica para o comércio internacional como uma alternativa para garantir o crescimento e desenvolvimento de longo prazo possui muitas similaridades com a estratégia monetarista de desenvolvimento. O pressuposto de eficiência alocativa do mercado permanece, contudo, ao estado cabe um papel maior na política de desenvolvimento econômico, que busca através de políticas comerciais ativas a inserção da economia no mercado internacional.

Entre os instrumentos de política econômica utilizados pelo estado, figuram a política cambial, regulamentação tarifária, alíquotas e barreiras não tarifárias ao comércio, visando proteger o mercado interno, com o uso, por exemplo, de regulamentação sobre o investimento estrangeiro direto no país e sobre as remessas de lucros. O crescimento da economia é global, pois os incentivos associados ao setor exportador são disseminados para toda a economia.

A concorrência internacional funciona como um incentivo aos produtores locais para que inovem em seus processos de produção, procurando diminuir seus custos e aumentar a qualidade de seus produtos, assim, tornam-se mais competitivos no mercado mundial. A política de desenvolvimento através da abertura econômica proporciona tanto vantagens estáticas, resultantes do aumento dos rendimentos quanto dinâmicas, através do aumento do nível de poupança, do ritmo de crescimento e acumulação do capital. (Griffin, 1999)

A abertura econômica voltada ao comércio internacional utiliza essencialmente políticas voltadas para o lado da oferta, e busca remover as barreiras do setor exportador, como por exemplo, questão de infra-estrutura, o governo cria também mecanismos de incentivos fiscais e de crédito, financiamento de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, o objetivo final da política é aumentar a competitividade do setor exportador no comércio internacional.

De acordo com Griffin (1999) a abertura econômica, no entanto, não afeta apenas o comércio da economia, mas também os mercados de fatores de produção, de capital e de trabalho, as transferências de tecnologias e de novas habilidades de gerenciamento são fundamentais para o sucesso da estratégia. Um fenômeno característico desse modelo é a “fuga de cérebros”, em que a mão-de-obra qualificada emigra para outros países, isso seria extremamente desejável, pois

responderia pelo aumento dos salários daqueles trabalhadores que ficaram no país e conferiria ao país remessas regulares de moeda estrangeira.

A abertura economia seria uma alternativa a países com uma economia pequena, com recursos pouco diversificados e incapazes de explorar suas economias de escala. O comércio internacional pode representar uma demanda praticamente infinita, o país conseguiria através do setor exportador, explorar sua vantagem competitiva de forma eficiente.

O modelo de desenvolvimento baseado em abertura econômica pode resultar em algumas distorções nos preços da economia, principalmente na primeira fase, em que é usada política de substituição de importações, para desenvolver o mercado interno. Faz-se necessário uma atuação do governo para retirar essas distorções do mercado, principalmente sobre o câmbio da economia. E os efeitos variam no mesmo sentido e em magnitude semelhante, ao vínculo que o setor exportador possui com o resto da economia. (Griffin, 1999)

Os efeitos sobre a renda na economia dependem da estrutura da economia e da composição da pauta de exportações, em uma economia que exporta produtos intensivos em trabalho, possivelmente terá um reflexo positivo sobre a distribuição de renda e diminuição das desigualdades. Enquanto que, em uma economia que possui sua pauta exportadora baseada em matérias-primas, provavelmente surtirá reflexos positivos em favor de rendas e negativos sobre a distribuição de renda, que dependerá de como as rendas econômicas são despendidas por aquele que a recebe.

Para Griffin (1999) a estratégia de abertura econômica pode resultar sob vários pontos de vista e, em vários níveis, uma perda de eficiência da economia internamente e, em perdas de oportunidades em relação ao mercado externo. As distorções devem ser reduzidas e eliminadas, sob pena de piorar a situação da economia ao invés de melhorá-la, ou seja, as políticas protecionistas como proteção tarifária e políticas cambiais devem sempre ser a segunda melhor opção. A natureza da intervenção pública pode se caracterizar de outras maneiras como, por exemplo, impostos sobre os lucros, sobre a renda e sobre a terra, a política de abertura econômica não deve ser entendida como o centro da estratégia.

2.6 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO VIA PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA

Segundo Griffin (1999) a estratégia de desenvolvimento via promoção da industrialização, objetiva a expansão do setor manufatureiro visando acelerar a taxa global de crescimento na economia. É possível subdividir essa estratégia em três formas; (i) a promoção de bens de consumo interno; (ii) a promoção do setor de bens de capital e; (iii) a promoção do setor exportador.

Existem várias políticas fiscais, monetárias e uma ampla estrutura de incentivos para promoção da indústria local, alguns países criam bancos de desenvolvimento, linhas de crédito subsidiadas, mantêm taxas de juros baixas ou até mesmo negativas, há políticas de restrição as importações para o consumo e incentivos às importações para investimento e produção. Contudo, a estrutura de incentivos criada para substituir importações pode resultar em resultados adversos, não intencionados ou até mesmo, previstos pelos gestores econômicos.

A política de proteção tarifária introduz uma forte distorção no mercado, a proteção a indústria local atua em favor das vendas locais, e, portanto, contra o mercado externo. As tarifas proporcionam uma proteção parcial à indústria, pois ao proteger as indústrias com crescimento negativo, e que produzem produtos considerados de baixa competitividade, agem não apenas contra as exportações, mas também contra o próprio setor manufatureiro. (Griffin, 1999)

Os reflexos dessas políticas sobre os fatores de produção na economia são expressivos, além de um aumento da participação do lucro industrial em detrimento das rendas agrícolas, há uma diminuição do respectivo setor voltado para as exportações e conseqüentemente, diminuição da participação dos salários desse setor na economia. Para os defensores da estratégia, essa mudança na composição dos fatores é vantajosa para o objetivo que se pretende atingir, devido à propensão a poupar e investir maior do setor industrial, que investem mais e contribuem mais ativamente para o crescimento agregado.

Griffin (1999) ressalta mais pontos negativos dessa estratégia, como por exemplo, a questão do êxodo rural que ocasiona uma explosão de crescimento nas regiões metropolitanas das cidades, impondo pesados custos aos governos com investimento em infra-estrutura, além do crescimento dos setores informais da economia. O governo irá incorrer em déficits caso as receitas não correspondam às

demandas existentes na economia, e a política cambial poderá resultar em problemas no balanço de pagamentos.

A estratégia de promoção de exportações de bens de capital não produz para o mercado interno, que não possui capacidade de absorção da produção, conseqüentemente, a capacidade de crescimento deve ser construída através da demanda. A estratégia de promoção de uma indústria exportadora é considerada a mais difícil, porém, possibilitou a superação do processo de substituição de importações, além do desenvolvimento de uma indústria competitiva no comércio internacional, dentre as experiências de sucesso estão os países como Coréia do Sul, Hong Kong e Taiwan.

Conforme Rossetti (1991) a promoção do setor exportador pode ocasionar, ao menos três benefícios importantes, a saber, a expansão do mercado, a exposição do produto local a concorrência internacional e a eliminação de restrições monopolísticas sobre o volume da produção. Os ganhos de escala resultantes do comércio internacional aumentam a capacidade de investimento na economia e seus efeitos multiplicadores, que será tanto maior, quanto maior for a relação do setor exportador com o resto da economia.

Há um incentivo natural à procura de melhores processos de produção e inovações tecnológicas com o objetivo de reduzir os custos e aumentar a competitividade no mercado de atuação. O aumento na capacidade de produção é acompanhado por um aumento da demanda interna e as receitas de exportação constituem uma fonte de divisas para novos investimentos, complementando a poupança interna que é indispensável para o aumento da indústria. As exportações possuem um efeito multiplicador sobre o emprego, a produção e a renda.

3 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRA

A seção a seguir tem por objetivo apresentar a evolução das estratégias de desenvolvimento adotadas na economia brasileira após a Segunda Guerra Mundial até meados de 2008. Foi observado que as estratégias adotadas não eram inicialmente, fruto de um planejamento de longo prazo, visando o desenvolvimento e crescimento sustentável da economia, mas uma reação em relação a uma série de “choques adversos”¹ no mercado internacional. A crise do setor agroexportador em meados da década de 1920 levou a uma reação substitutiva de importações no mercado interno pelos agentes econômicos que logo foi incorporada pelos gestores como estratégia política e de desenvolvimento da economia.

As fragilidades do modelo do desenvolvimento com amplo uso de poupança externa, logo se fizeram sentir na economia, em meados da década de 1970, quando mais uma vez, as mudanças no cenário internacional, determinaram o fim da estratégia. A partir da década de 1990, a nova estratégia é fundamentada em princípios de abertura econômica e políticas macroprudenciais, os resultados foram positivos no que tange a estabilização econômica, porém, o período pode ser considerado de baixo dinamismo econômico e dependência excessiva dos fluxos de capitais estrangeiros e do setor agroexportador.

3.1 PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO (1945-1980)

Segundo Vianna (1990) o processo de industrialização não foi planejado pelo governo, essa mudança na matriz produtiva brasileira possui uma relação direta com os acontecimentos na economia internacional. O forte desequilíbrio externo em relação aos termos de troca da economia brasileira no mercado internacional se arrastava desde a década de 1920, a Grande Depressão de 1930, levou a escassez de divisas, somado aos efeitos da Segunda Guerra Mundial 1939-45, incentivaram o mercado interno a criar indústrias substitutivas de importações.

¹ A expressão foi criada pelos economistas Raúl Prebich e Celso Furtado, da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), e diz respeito à teoria dos choques adversos, em que uma economia tradicionalmente agroexportadora desenvolve sua indústria local, apenas após sofrer com crises de demanda externa. A teoria explica que existem pelo menos três razões para o desenvolvimento da economia interna, a saber, os desequilíbrios no balanço de pagamentos, uma crise na arrecadação de impostos e o aumento de impostos sobre a importação.

As políticas cambiais e comerciais adotadas pelo governo tinham por objetivo diminuir os desequilíbrios no balanço de pagamentos, causados pela queda nas exportações de café e pelas reversões nos fluxos de divisas para outros países. Os controles cambiais por cooperação garantiam o acesso subsidiado do governo a 30% das divisas cambiais, compradas a câmbio livre por bancos autorizados a operar nesse mercado, e visavam o atendimento dos compromissos do governo, só então, através do Banco do Brasil, era fornecido o câmbio no mercado interno segundo um nível de prioridade, criava-se o contingenciamento de importações.

De acordo com Vianna (1990) a política de sobrevalorização da taxa de câmbio e a discriminação as importações de bens de consumo não essenciais e de bens que possuíssem similares nacionais, favoreceu indiretamente, a diversificação da matriz produtiva brasileira em favor do setor industrial voltado para o mercado interno. Há pelo menos três efeitos na economia interna causados pela taxa de câmbio sobrevalorizada, o efeito subsídio, devido aos preços estarem relativamente mais baratos, o efeito protecionista, relativo às restrições às importações e o efeito lucro, que estimulou a produção para o mercado interno.

Houve também uma expansão do crédito ao setor industrial, o Banco do Brasil entre os anos de 1947 a 1950, emprestou a indústria brasileira 38%, 19%, 28% e 5% respectivamente, de forma contrária a política inicialmente adotada pelo governo de austeridade fiscal e ajuste monetário. Ao final do governo houve uma relativização da ortodoxia econômica, com aumento déficit público, o processo de crescimento e urbanização decorrentes da industrialização com oferta relativamente rígida e inferior a demanda, somados ao aumento nos preços dos produtos agrícolas e de exportação são parte da explicação para o viés inflacionário e eleitoreiro do período.

De acordo com Vianna (1987) a política nacional desenvolvimentista do governo Vargas em momento algum, ameaçou a presença do capital externo na economia, contudo, buscou conservar a soberania nacional através da intervenção do estado em setores considerados estratégicos para a economia. O projeto de desenvolvimento deveria ser concebido em duas fases, a primeira fase, de estabilização econômica, através de ajustes na política monetária e disciplina fiscal e, a segunda fase, de aceleração do desenvolvimento econômico através da eliminação de gargalos na infra-estrutura e, conseqüentemente, aumento dos fluxos externos na economia.

Na política cambial, foi mantida a taxa fixa e sobrevalorizada, enquanto que, na política comercial, houve um afrouxamento nas licenças para importar, condizente com a condução da política ortodoxa do governo, de restringir a base monetária e combater a pressão inflacionária. A expansão da base monetária com uma oferta relativamente inelástica no mercado interno em bens de produção elevava a propensão a importar dos agentes e provocava o viés inflacionário, somado ao receio de que a Guerra da Coréia 1950-53 levasse a uma corrida armamentista e, portanto, aumentaria o desabastecimento interno.

Para Vianna (1987) a medida foi cautelar, e baseada na situação favorável nas transações comerciais devido ao aumento nos preços do café, principal produto na pauta de exportações do país, contudo, à medida que a se avolumavam os desequilíbrios na balança comercial, decorrente da deterioração nos termos de troca e o esgotamento das reservas, a política foi sendo abandonada. O colapso cambial era iminente, devido à defasagem entre a política e seus efeitos na economia, visto que as licenças tinham validade de seis meses, aliado as inversões externas decorrentes da política de reinvestimento² que apesar de proteger o capital estrangeiro instalado, desestimulava a entrada de novos capitais.

Sob essa perspectiva foi criado a Instrução 70 da SUMOC, um sistema de leilões que permitia ao governo a realização de uma desvalorização cambial, em substituição do contingenciamento de importações. Essa política cambial além de constituir um instrumento de equilíbrio da balança comercial, permitiu a manutenção da importação de bens de produção essenciais para o desenvolvimento da indústria e gerou uma fonte adicional de receitas para o governo.

A associação ao capital estrangeiro, principalmente públicos, proporcionou a remoção dos gargalos estruturais da economia, a cooperação dos EUA através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, possibilitou investimentos nos setores de transporte e energia, incentivando a entrada de investimentos estrangeiros no país. Contudo, a ascensão do republicano Eisenhower em 1952, revelou as divergências entre o interesse do capital privado externo e a estratégia de investimento subordinado ao interesse nacional de Vargas, o que determinou o fim do projeto nacional desenvolvimentista com capital estrangeiro. (Vianna, 1987)

² Através da criação da Lei nº 9.025, foi estabelecido um limite de 20% sobre o total de capital passível de repatriação e 8% para remessas de juros, lucros e dividendos. Porém, para enfrentar a falta de financiamento, foi criada em 1953 a Lei nº 1.807, (Lei do Mercado Livre) que liberava as restrições aos retornos de capital, juros e lucros para o exterior.

A participação do estado aumentou em diversos setores da economia, a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE), em substituição ao Banco do Brasil como principal agente financeiro no fomento dos projetos de investimento em infra-estrutura do governo. Cabendo ao Banco do Brasil as funções de autoridade monetária e de fornecer crédito ao setor privado. Os empreendimentos idealizados pelo governo foram: a criação da Petrobrás, o projeto da Eletrobrás e o início das operações da Companhia Siderúrgica Nacional e do Vale do Rio Doce, que consubstanciam a preocupação em subordinar os interesses estrangeiros aos objetivos nacionais.

Após o governo getulista, houve uma reorientação na estratégia de desenvolvimento, o nacional desenvolvimentismo cedeu lugar ao desenvolvimentismo internacionalista. O Plano de Metas constitui a afirmação do processo de substituição de importações planejado pelo estado e, com captação de poupança externa, porém, ao delegar os setores dinâmicos da economia ao capital estrangeiro, atrelou a expansão da indústria aos movimentos internacionais de capitais, o que configurou um *path dependence* de longo prazo. (Arend, 2008)

A estratégia do governo JK valeu-se da expansão dos capitais oligopolistas em face da política de restrição aos fluxos de capitais internacionais impostos pelo Sistema de Bretton Woods, especialmente, na Europa, devido à “escassez de dólares”. Com o fortalecimento da economia europeia, a busca por novos mercados iniciada pelas empresas norte-americanas foi seguida pelas empresas europeias, intensificando a competição por novos mercados o que favoreceu a realocação de várias estruturas produtivas nos países periféricos.

Houve de fato, uma entrada abundante de investimento estrangeiro direto, principalmente, sob forma de reinvestimentos de lucros de empresas já instaladas no país. Dentre os mecanismos que possibilitaram essa política, estão a Instrução 113 da SUMOC, a Lei do Similar Nacional e a Lei de Tarifas. A instrução 113 foi um expediente utilizado no governo de Café Filho para minimizar a restrição externa através da importação sem cobertura cambial para praticamente, todos os setores do setor industrial, em substituição a Instrução 81, instituída por Vargas, que estabelecia critérios de seletividade as importações.

“Os investidores estrangeiros podiam importar bens de capital sob a condição de concordarem em ser reembolsados mediante a participação no capital da empresa a que se destinavam esses bens. Muitas vezes as empresas transnacionais aproveitaram, além disso, para importar máquinas e equipamentos obsoletos em seus países de origem e a preços inflacionados.” SERRA (1982).

Segundo Arend (2008) foram utilizadas a Lei dos Similares e a Lei de Tarifas, para encerrar o mercado interno para a concorrência, através do marco institucional criado pelo estado, o investidor estrangeiro tinha um “mercado garantido”, livre de concorrência, ao estado coube também, investimentos em infra-estrutura serviços subsidiados, visando diminuir os custos de produção das empresas. A estratégia conferiu uma forte correlação entre o ingresso de poupança externa, principalmente sob forma de IED, e poupança interna, relacionada principalmente, aos investimentos estatais.

A capacidade produtiva da economia em bens de produção foi progressivamente desmontada no governo Kubitscheck, ao transferir para fora o estímulo ao desenvolvimento interno do setor de bens de capital em detrimento ao setor de bens de consumo duráveis, manteve a dependência em importação de bens de produção e ampliou a necessidade de divisas estrangeiras com produtos primários para tentar equilibrar as remessas ao exterior.

A indústria evoluiu, houve a superação da fase de industrialização restringida com a incorporação de segmentos da indústria pesada, de bens de consumo duráveis e de capital, através do Plano de Metas foram criadas as condições internas necessárias para a o processo de acumulação, contudo, foram crescentes as dificuldades no balanço de pagamentos, o aumento da dívida externa, os desequilíbrios fiscais e a aceleração inflacionária. (Arend, 2008)

O governo Quadros aprofundou o modelo de desenvolvimento internacionalista, em favor do capital estrangeiro, ao instituir a Instrução 204 da SUMOC, desvalorizou e unificou a taxa de câmbio, além de implantar medidas ortodoxas na economia que levaram a prorrogação dos vencimentos da dívida externa Ex-Im Bank. O governo Goulart, ao buscar a volta do modelo de desenvolvimento nacionalista, provocou uma crise institucional na economia, a expectativa dos agentes econômicos, principalmente estrangeiros, em relação aos rumos da economia, levou a estagnação econômica pela queda dos investimentos e crescimento da inflação, seu desfecho foi o golpe civil-militar de 1964.

Para Arend (2008) criada em 1962, a Lei 4.131 pretendia minimizar os déficits no balanço de pagamentos, resultantes das remessas de lucros, dividendos e *royalties*. Além de considerar os reinvestimentos externos como sendo capital nacional, portanto, não passíveis de repatriação, instituiu também, limites nas remessas em 10% do capital registrado inicialmente e impôs um imposto de renda sobre as remessas de dividendos, *royalties* e assistência técnica e científica e limitou as remessas em no máximo 5%. A criação dessa lei pode ser considerada um retrocesso do processo de desenvolvimento internacionalista em benefício do modelo nacionalista anterior, da era Vargas.

O Plano Trienal foi uma tentativa frustrada de combater o processo inflacionário com política econômica ortodoxa, através da contenção nos gastos públicos e redução do crédito bancário. Contudo, a complexidade dos interesses envolvidos representados por setores tradicionais da sociedade, a falta de credibilidade externa, e a ausência de articulação do governo com o capital estrangeiro, criaram um ambiente instável tanto internamente quanto externamente o que debilitou a política econômica e provocou a estagnação da economia e o crescimento da inflação.

A crise do início dos anos 60 pode ainda, ser compreendida como uma crise do próprio sistema de substituição de importações. Pela visão estagnacionista, o esgotamento do processo de substituição de importações, deve-se a dinâmica de desenvolvimento da estratégia ao longo do tempo. Em geral, os novos setores necessitavam de uma série de encadeamentos entre os setores produtivos, que em uma última análise dependiam da demanda da população consumidora, contudo, o mercado não cresceu a taxas suficientes para viabilizar novos investimentos. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

O futuro da estratégia estava atrelado ao desenvolvimento de setores de bens de capital e de bens intermediários, o que não era possível devido à existência de uma grande capacidade ociosa na economia, ligada a demanda insuficiente. Pela visão do ciclo endógeno, com a superação da fase de industrialização restringida, a crise era vista como falta de um ciclo endógeno de desenvolvimento e investimentos e bens de capital, que não se concretizava devido à enorme capacidade ociosa gerada pelos excessos de investimentos do Plano de Metas em diversos setores³.

³ Maria da Conceição Tavares foi opositora das teses cepalinas de que haveria uma tendência a estagnação devido o subconsumo interno, este que, seria a condição necessária para o crescimento

Para Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2009) as reformas institucionais completavam as explicações para a retomada do processo de desenvolvimento econômico. Dentre os principais desafios, figuravam com maior proeminência, a inexistência de mecanismos de financiamento apropriados tanto para o setor público, quanto para o setor privado, justamente, quando a necessidade de investimento era substancialmente elevada frente aos investimentos necessários.

O desenvolvimento do mercado consumidor era uma condição essencial para a estratégia em curso, contudo, os problemas relativos ao desenvolvimento desse setor estavam relacionados a inúmeras frentes de incentivos, relacionados à estrutura fundiária do país, problemas no acesso à educação e dificuldades no incremento do financiamento e aperfeiçoamento do crédito ao consumidor. Igualmente, as dificuldades na administração da inflação não apenas devido à deterioração dos instrumentos de política monetária e fiscal.

Sob esse cenário econômico e político, o regime militar programou uma série de reformas institucionais e na política econômica, que reconduziriam a economia ao crescimento e desenvolvimento econômico. Através do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), o governo Castelo Branco tinha por objetivo acelerar o crescimento da economia, conter a inflação, diminuir os desequilíbrios regionais e setoriais, aumentar o nível de investimento, o que elevaria o nível do emprego e, por último, mas não menos importante, corrigir o desequilíbrio externo da economia. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

As reformas institucionais também tinham por objetivo combater o crescimento inflacionário da economia, o governo criou mecanismos que possibilitaram o crescimento econômico sob um ambiente de inflação moderada, que foi possível através da reforma tributária, monetária, financeira e de política externa. A reforma tributária garantiu aumento da arrecadação além de permitir a centralização das decisões em política tributária através da subordinação dos estados ao governo federal, simultaneamente, possibilitou também uma descentralização nos gastos através da criação de órgãos de administração direta, conferindo maior agilidade operacional. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

econômico, pois a classe capitalista, as classes mais altas e as rendas de exportação poderiam manter a demanda efetiva mesmo com o rebaixamento nos salários dos trabalhadores. Fonseca (2003).

A reforma monetária buscou criar condições para a condução de uma política monetária independente, para tanto, foram criados o Conselho Monetário Nacional, como órgão normativo, em substituição ao Conselho da SUMOC. A criação das ORTN, em substituição a Lei da Usura, ao permitir que fossem praticadas taxas de juros positivas ampliou a capacidade de financiamento e poupança da economia, através do desenvolvimento de um mercado de títulos públicos que possibilitaria o financiamento não inflacionário do déficit público e de operações em mercado aberto para controle monetário⁴.

Com a criação do Bacen buscou-se criar um agente executor da política monetária e fiscalizador do sistema financeiro. Porém, a subordinação deste ao CMN e a manutenção do Banco do Brasil como agente bancário do governo, criou um arcabouço institucional peculiar, através do entrelaçamento das políticas fiscais e monetárias, possibilitando o financiamento dos déficits do governo via emissão monetária inviabilizando uma política monetária independente e o controle sobre os gastos do governo. (Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr., 2009)

A reforma financeira criou e normatizou o crédito e o financiamento existente na economia, através do Sistema Financeiro da Habitação, o governo objetivava eliminar o déficit habitacional existente, por meio da Lei nº 4.728, reformou o mercado de capitais, com a segmentação e especialização no mercado, as instituições atenderiam segmentos específicos e com base em instrumentos específicos de captação de recursos. A reforma do setor externo da economia foi uma alternativa para desenvolver a economia sem pressões no balanço de pagamentos, que era um dos principais problemas na economia decorrente do modelo de PSI.

Foi dada prioridade ao desenvolvimento do comércio externo brasileiro, através da diversificação das exportações mediante incentivos fiscais e da modernização dos órgãos públicos ligados ao comércio internacional e de atração do capital estrangeiro. A política de importações foi simplificada, foram eliminados os limites quantitativos em favor de uma política unicamente tarifária, do mesmo modo, para eliminar as incertezas sobre a condução da política cambial, esta foi simplificada e unificada, a fim de estimular o setor exportador, adotou-se o sistema

⁴ As operações de mercado aberto só foram possíveis a partir de 1970, quando da criação das Letras do Tesouro Nacional (LTNs), visto que os títulos pós-fixados (ORTNs) impediam as operações de mercado aberto, que são feitas com títulos pré-fixados de curto prazo. Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr. (2009).

de minidesvalorizações em 1968, onde a variação cambial deveria refletir o diferencial entre a inflação doméstica e externa. (Gremaud, Vasconcellos, e Toneto Jr., 2009)

Do mesmo modo, a atração ao capital estrangeiro foi realizada pela reaproximação com a economia americana representada pela “Aliança para o Progresso”, pela renegociação da dívida externa e pelo “Acordo de garantias para o capital estrangeiro”. Através da Lei nº 4.131 possibilitou o acesso direto das empresas ao sistema financeiro internacional e a Resolução nº 63, tornou possível a captação pelos bancos comerciais e de investimento de recursos externos para serem repassados na economia.

O período que abrange os governos Costa e Silva e Médice entre 1968-1973, é conhecido como “milagre econômico”, em que a economia experimentou taxas de crescimento acima dos 10% a.a., com destaque ao setor industrial da economia. As reformas anteriores ao período bem como a própria crise no início dos anos 60, que resultou em uma enorme capacidade ociosa na economia e o crescimento econômico experimentado mundialmente, são parte da explicação para o desempenho da economia brasileira no período. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

Na segunda fase do regime militar a política de combate a inflação foi modificada, alterou-se a percepção sobre as causas da inflação, que antes era vista como uma inflação de demanda, e agora, era vista como uma inflação de custos. As políticas monetárias, fiscais e de crédito utilizadas para contenção da demanda foram relativizadas, exceto a política salarial, em que foi mantido o rigor inicial, por ser entendida como um custo. Criou-se uma política de controle de preços com a criação do Conselho Interministerial de Preços.

O crescimento do período deve-se aos investimentos públicos em infraestrutura, o aumento da participação das empresas públicas na economia, a expansão do crédito ao consumidor, que além de impulsionar a construção civil, também aumentou a demanda de bens duráveis que cresceu a uma média anual de 23,6% no período. O setor de bens de consumo leve e o setor primário obtiveram um desempenho mais modesto no período, seu crescimento deve-se mais ao aumento da massa salarial, a agricultura apesar da expansão do crédito e do processo de modernização que ocorreu no período cresceu apenas 4,5%, a

mecanização do setor constituiu uma forte demanda para a indústria⁵. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

O setor exportador experimentou um grande crescimento, não apenas devido à mudança na orientação política do governo, que resultou no aumento em pelo menos 2,5 vezes o valor das exportações e, uma melhora nos termos de troca, mas também ao ciclo de expansão do comércio mundial na época. Os setores de bens de capital e de bens intermediários tiveram aumentos expressivos em todo o período, entre 18,1% e 13,5% respectivamente, o que devido à oferta interna ineficiente, pressionou as importações⁶. Essas pressões, contudo, não resultaram em desequilíbrio no balanço de pagamentos devido ao desempenho do setor exportador.

O período também contempla o começo do endividamento externo, que era justificado pela falta de poupança interna, que inviabilizava o crescimento no longo prazo. O mercado de crédito internacional experimentou no período a expansão internacional dos bancos americanos, em face das restrições internas impostas pelo Federal Reserve Bank (FED), o surgimento do Euromercado, com taxas de juros e *spreads* em queda e alongamento dos prazos, mas com taxas flutuantes e ajustadas ao longo do tempo. A taxa de juros interna da economia se elevava devido à reforma financeira, a demanda de crédito e o próprio momento de expansão econômica contribuía para a busca por financiamento externo, principalmente pelas multinacionais e pelos bancos de investimentos estrangeiros. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

Conforme Arend (2008) a inserção internacional da economia brasileira foi possível devido ao arcabouço institucional criado pelo regime militar, com estrita aderência ao sistema financeiro internacional. O ambiente institucional estável ligado à extrema liquidez internacional, causada pelo surgimento do chamado “euromercado⁷”, o que possibilitou a captação direta e de repasses. Os

⁵ O processo de modernização do setor deveu-se à política agrícola do período, que resultou em mecanização agrícola e aumento da produtividade, dentre as principais políticas, figura o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), as Políticas de Garantias de Preços Mínimos (PGPM) e o apoio técnico e de pesquisa ao setor pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009).

⁶ O governo criou o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) que concedia incentivos indiscriminadamente além de serem extremamente liberais em relações importações o que pode, em certa medida, ter contribuído para o atraso na produção desses bens internamente que só ocorreria depois de 1970. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009).

⁷ A expansão dos bancos americanos para a Europa com o objetivo de beneficiar-se de uma ‘janela de liquidez’ resultante do grande volume de divisas existente no continente. Arend (2008).

investimentos estrangeiros diretos durante o milagre foram predominantemente por meio de reinvestimentos das multinacionais com capacidade de produção previamente instalada.

A partir de 1974 até início de 1980 os IED ingressaram na economia, sobretudo na forma moeda, o que revela que as filiais instaladas no país recorreram a empréstimos externos e, o governo valeu-se dos recursos para financiar o crescimento e equilibrar as contas externas. “A vulnerabilidade externa da economia, evidenciada por déficits em transações correntes que se acumulavam desde 1967, ficava camuflada pelos sucessivos superávits do balanço de pagamentos. Tais superávits proporcionavam o aumento da oferta de *finance* e reduziam as incertezas quanto à disponibilidade futura de divisas externas, favorecendo o investimento e o crescimento econômico”. (Arend, 2008, pág. 159)

O milagre econômico representou o uso da totalidade da capacidade de produção da economia brasileira, e resultou no aparecimento de desequilíbrios inflacionários e no balanço de pagamentos. A estratégia brasileira dependia estritamente de uma situação externa favorável, contudo, em 1973, houve o primeiro choque do petróleo, os países membros da OPEP quadruplicaram o preço do barril do petróleo, esse episódio marca o fim de uma das bases do modelo brasileiro de desenvolvimento. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

Os déficits em transações correntes representados pelo aumento no valor das importações de petróleo e também no volume de importação de bens de capital e insumos básicos não foram cobertos, o saldo de balanço de pagamentos ficou deficitário e levou a uma queda nas reservas e conseqüentemente, aumento na vulnerabilidade externa da economia. A reação do governo representada pelo II PND deve ser entendida não apenas como um plano frente às necessidades econômicas, mas também, pela manutenção do regime militar, frente às pressões por uma melhor distribuição de renda e maior abertura política, é o começo da “marcha forçada⁸”.

O plano era baseado em um financiamento externo dos efeitos do crescimento e da crise do petróleo, mas com ajuste na oferta de longo prazo e manutenção do crescimento. Ou seja, por meio da modificação na estrutura da indústria brasileira, de um padrão baseado no desenvolvimento do setor de bens de consumo para um padrão de crescimento baseado no setor de bens de produção,

⁸ Expressão cunhada por Antonio Barros de Castro e Francisco Pires de Souza. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009).

de capital e insumos básicos o que levaria no longo prazo, a diminuição da necessidade de importação da economia ao fortalecer o setor exportador e, por conseqüência, eliminaria as pressões na conta de transações correntes. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

O governo avançou nos projetos de investimento públicos em insumos que através da demanda derivada do setor privado estimularia o desenvolvimento do setor de bens de capital, o plano previa também uma descentralização dos projetos. Foi criada uma gama de incentivos ao setor privado, como por exemplo, a isenção de impostos sobre importação, reserva de mercado (Lei da Informática), política de preços para alguns setores, crédito para compra de equipamentos, etc.

O endividamento do setor público foi motivado não apenas pela facilidade de obtenção de créditos ocasionada pelo novo ciclo de liquidez internacional resultado da reciclagem dos petrodólares, que não encontravam demanda nos países desenvolvidos, mas também pela estatização da dívida externa. A falta de recursos na economia levava os agentes a buscar financiamento externo, porém, o setor privado foi beneficiado por linhas de crédito subsidiadas pelo estado.

Os principais tomadores de empréstimos no mercado internacional foram as empresas estatais, mesmo com os incentivos sobre a taxa de juros e mecanismos que possibilitavam o *hedge* cambial⁹, o setor privado da economia apenas captou recursos no exterior para especulação, aplicando os recursos em títulos públicos com garantia de liquidez e possibilidade de *hedge*. Mais uma vez, a estratégia brasileira estava entrelaçada aos ciclos externos de liquidez e estabilidade, porém, tendo em vista o caráter flutuante dos juros internacionais, qualquer mudança no quadro externo inviabilizaria o modelo. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

Os condicionantes externos da estratégia brasileira, mais uma vez, em fins da década de 1970, evidenciaram a vulnerabilidade da economia as mudanças no cenário internacional. O segundo choque do petróleo e a mudança na política econômica norte-americana visando conter a tendência de desvalorização do dólar que permanecia desde a adoção do câmbio flutuante, levaram a reversão nas condições de financiamento internacional e conseqüentemente, o esgotamento da estratégia.

⁹ A Resolução 432 e o Circular nº 230, possibilitavam que os agentes privados transferissem para o governo o endividamento externo através de depósitos em cruzeiro no Banco Central. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009).

Conforme Versiani e Suzigan (1990) o plano de desenvolvimento do regime militar foi orientado por grandes investimentos do setor público, promoção de amplos setores da indústria através de políticas de crédito e reserva de mercado, o que levou de fato, a uma estrutura industrial diversificada e consistente com o objetivo que estava sendo perseguido. Contudo, o caráter fechado do projeto gerou ineficiências, a falta de integração com o comércio internacional ocasionou a falta de concorrência e de competitividade a indústria brasileira.

A busca pela criação de uma “estrutura industrial completa” foi satisfatória, dada a criação de um parque industrial altamente diversificado e integrado, contudo, a política permanente de proteção e promoção do setor, gerou uma ineficiência endêmica, prejudicando a especialização e a integração da indústria brasileira ao mercado internacional. O mercado brasileiro funcionava praticamente alheio ao resto do mundo, extremamente fechado, não eram indústrias competitivas não apenas no mercado internacional, mas também, no mercado interno.

Para Arend (2008) apesar dos recursos externos terem possibilitado o *catching up* tecnológico, a estratégia associada ao capital estrangeiro foi marcada pela ausência de um núcleo endógeno de inovações tecnológicas e, conseqüentemente, com a reversão externa em fins dos anos de 1970, perdeu seu motor dinâmico, levando não apenas a perda da fase seguinte de desenvolvimento tecnológico em curso nos países desenvolvidos, mas também a obsolescência da estrutura existente na economia.

Os influxos de capitais externos privados para a economia brasileira foram facilitados pelo marco institucional existente na economia desde o governo JK, de internacionalização da estrutura produtiva. As empresas multinacionais obtiveram junto ao governo incentivos fiscais para sua instalação, facilidades na aquisição de terrenos e até mesmo, financiamento doméstico. O passivo acumulado por essa estratégia evidenciou-se com o fim da estabilidade no cenário externo no final dos anos de 1970, a reversão nos fluxos externos tornou explícita a crise fiscal do governo e a deterioração extrema das contas externas.

A década de 1980 é marcada pela estagnação econômica e pelo fim do padrão de financiamento da industrialização da economia fundamentado em capital externo, uma “desconexão forçada”. Nesse período a economia se encontrava com grandes problemas macroeconômicos, a saber, a inflação extremamente elevada, o desequilíbrio fiscal, atraso tecnológico e restrição externa.

3.2 ESTABILIDADE, DESREGULAMENTAÇÃO E ABERTURA (1990-2008)

Para Bresser (1991) o Consenso de Washington (1989) foi uma resposta ortodoxa ao ambiente de crise que se instalara nas economias latinas na década de 1980, resultado de uma inclinação histórica dos governantes desses países com populismo, indisciplina fiscal e forte intervenção do estado na economia. A solução para a recuperação dessas economias de forma estável e consistente resultaria unicamente, de um forte ajuste fiscal, adoção de políticas liberalizantes em favor do mercado e privatizações, além de uma menor atuação do estado na economia.

Ainda que a estratégia brasileira a partir da década de 1990 tenha sido um sucesso no que diz respeito à estabilização da economia, outros problemas não apenas permaneceram como também se agravaram. O produto apresentou trajetória oscilante e baixa, incompatível com o crescimento que vinha ocorrendo no resto do mundo, houve um aumento do desemprego, deterioração fiscal, deterioração das contas externas, e conseqüente aumento da vulnerabilidade externa, elevação da carga tributária, juros altos, extremamente restritivos ao investimento que também, permaneceu em baixa. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

A estabilização da economia levou a taxa de inflação responder apenas as variações da demanda, entre 1995-98, a inflação passou de 9,3% para 1,7% medido pelo IGP-DI da FGV. Mesmo com a adoção de uma política monetária restritiva, visando conter pressões inflacionárias de demanda, houve um crescimento da atividade econômica devido à recomposição dos mecanismos de crédito da economia e aumento do poder aquisitivo das classes de baixa renda. Os consumidores recorreram a empréstimos devido à demanda deprimida por vários anos e as empresas, ampliaram seus investimentos em resposta ao aumento da demanda.

A valorização do câmbio era parte da estratégia de estabilização econômica, para que os preços internos se estabilizassem em relação aos preços externos e assim, romper com o comportamento inflacionário dos agentes na economia. Essa política impactou favoravelmente o setor de bens *tradables* (exportáveis e importáveis), principalmente o setor industrial, porém, os preços dos bens *no tradables*, continuaram subindo, devido à demanda elevada e não sofrem concorrência internacional. Os aumentos das importações, principalmente em bens

de consumo aliados ao fraco desempenho do setor exportador resultaram em déficits em balanço de pagamentos. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

Os déficits em transações correntes foram financiados via atração de investimentos de portfólio, em ações, fundos de aplicação financeira e fundos de privatização. Esses tipos de recursos são essencialmente voláteis, respondem a mudanças nos rendimentos das taxas de juros interna e externa além de movimentos para recuperarem posições perdidas em outros mercados. Essa estratégia não é sustentável no longo prazo, devido à natureza do investimento que além de ser volátil, grande parte, era direcionado para o financiamento do consumo.

Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2009) a política monetária foi amplamente utilizada para atingir os objetivos da estabilização, através da elevação da taxa de juros, restrição ao crédito e atração de capitais estrangeiros com o objetivo de financiar os déficits em transações correntes. Elevaram-se as tarifas sobre bens de consumo duráveis, optou-se por uma política gradualista de política cambial, onde o financiamento estrangeiro era necessário até que fossem feitas as reformas necessárias na economia.

A atividade econômica sofreu uma grande reversão, como grande parte do crescimento experimentado no período eram resultantes da expansão do crédito e a retração econômica ocorreu antes que os investimentos tivessem amadurecidos, verificou-se um aumento na inadimplência tanto das empresas como dos consumidores e o início de uma crise financeira no país com a queda de dois grandes bancos do país. O fenômeno pode ser considerado fruto da irracionalidade dos agentes em relação à taxa de juros elevada e o despreparo do sistema financeiro em relação à análise de risco nas concessões de crédito.

A atuação do BC como prestador de última instância foi essencial para que não se instalasse uma crise no sistema financeiro, foi adotado um programa de reestruturação do sistema financeiro nacional com o objetivo de conferir solidez ao sistema por meio de fusões, aquisições, transferências acionárias e abertura do mercado aos bancos estrangeiros¹⁰. A reestruturação do sistema financeiro levantou dúvidas sobre a situação fiscal do governo e como o plano de estabilização estava intimamente ligado ao cenário externo, cada nova perturbação externa que pudesse

¹⁰ A reestruturação foi provida sob dois programas, a saber, o Proer – Programa de Estímulo a Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e o Proes – Programa de Incentivo a Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária. Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2009).

colocar em risco o financiamento dos déficits em transações correntes, o governo tinha que aumentar a taxa de juros. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

A cada crise externa, o governo aumentava a taxa de juros e celebrava um pacote fiscal, foi assim com a crise mexicana, quando o país perdeu US\$ 12 bilhões em reservas, com a alta rentabilidade, o capital estrangeiro voltou para o país, e recompôs as reservas em US\$ 50 bilhões no final de 1995. Novamente na crise asiática em 1997 e na crise russa em 1998, porém, nesta última, a economia não se recuperou, o fraco desempenho econômico e a deterioração fiscal levantaram dúvidas sobre a capacidade de pagamento do governo, mesmo após uma elevação contínua da carga tributária e das receitas de privatizações.

A partir da crise mexicana, a dinâmica do produto e do desemprego da economia obedeceram a uma trajetória do tipo *stop and go*, condicionada aos fluxos de capital estrangeiro e pela taxa de juros da economia. A taxa média de crescimento no primeiro mandato de FHC foi de 2,6% a.a. com tendência de baixa no período e a taxa de desemprego que estava em 4,6% da força de trabalho e ficou em 8% em 1998. A manutenção do câmbio sobrevalorizado levou a uma ampliação do endividamento externo, ampliação da dívida pública e baixo crescimento. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

A crise cambial que se instalara na economia, refletia a queda nos termos de troca da economia e da não aprovação pelo Congresso de medidas de ajuste fiscal importantes, o próprio acordo com o FMI, que limitou o poder de defesa do valor da moeda frente a ataques especulativos sinalizava a mudança da política cambial. Com a adoção do câmbio flutuante era esperada uma forte reversão na economia, com aceleração inflacionária, crise financeira e profunda recessão.

Porém, a economia apresentou resultado bastante satisfatório dado o contexto, o processo inflacionário foi contido com uma política monetária bastante restritiva, o Copom, criado na gestão de Armínio Fraga no BC, estipulou uma taxa de juros de 45% a.a., visando conter a saída de recursos da economia e estabilizar a taxa de câmbio. A partir de 1999 adota-se o sistema de metas de inflação, onde a função básica do BC é cumprir uma meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional, através da taxa de juros e seus impactos sobre a demanda. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

A desvalorização cambial retirou grande parte da incerteza sobre a taxa de juros, ainda que os gastos com juros representassem 6,3% do PIB era menor que o

ano interior. Houve uma melhora no resultado primário, principalmente, devido ao aumento da arrecadação, pela criação da CPMF, com alíquota de 0,38%, aumento do COFINS, de 2% para 3%, a cobrança foi estendida às instituições financeiras e aos aposentados e pensionistas do setor público¹¹, estados e municípios elevaram suas arrecadações através do aumento nas tarifas que representaram 30% do aumento do ICMS.

Houve mudanças estruturais no comportamento das despesas com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, a reforma previdenciária em 1998, a renegociação das dívidas estaduais, através da reorganização do sistema de bancos estaduais, através do Proes, o que garantiu o aumento das receitas com ICMS que era utilizado para o pagamento da dívida. A existência de superávits primários era condição necessária que a economia reagisse melhor aos choques externos além de liberar a taxa de juros para ser usada na política monetária, permitindo a estabilização da dívida pública, diminuindo o risco país e diminuindo a volatilidade da taxa de juros e do câmbio no longo prazo.

Em 1999 a economia cresceu 0,79% contrariando as expectativas desfavoráveis em relação à desvalorização cambial, dentre os fatores que explicam esse fenômeno, cabe citar o desempenho da economia no ano anterior, a política de proteção ao setor privado que diminuiu o efeito riqueza. Verificou-se uma queda nas importações de bens de capital e bens de consumo em favor dos produtores nacionais, o setor exportador sofreu uma reversão, devido à redução nos preços das *commodities* exportáveis em função da fraca demanda internacional e de incertezas dos exportadores que tiveram seus canais de distribuição destruídos com a política de valorização cambial. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

O saldo comercial apresentou uma melhora significativa, parecia que o fim da trava cambial levaria o país ao crescimento através do tripé macroeconômico de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário. De fato, houve uma significativa redução da taxa de juros, a taxa Selic estava em 10% a.a., uma das maiores do mundo, em 2000 foi registrada a maior taxa de crescimento desde a estabilização, 4,6% a.a., a indústria cresceu 5,4%, a agropecuária apresentou o

¹¹ As despesas acompanhavam o aumento das receitas, dada a vinculação destas impostas pela Constituição de 88, o que revela a importância da criação do Fundo Social de Emergência em 1993, que posteriormente veio a se chamar de Desvinculação de Receitas da União, como forma de garantir que o setor público apresente superávits. Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2009).

melhor desempenho, foi beneficiada pela criação do Moderfrota, um programa direcionado a modernização da frota agrícola e pelo crescimento mundial.

Porém, em 2001, uma nova reversão externa representada pela crise da Argentina e pelo ataque ao World Trade Center fizeram com que houvesse uma grande fuga de capitais da economia e desvalorização cambial, que impactou positivamente o setor exportador. A falta de investimentos no setor energético levou a uma crise e racionamento de energia, o processo de crescimento foi abortado, as pressões inflacionárias interromperam a trajetória de queda da taxa de juros e elevou a dívida externa.

O crescimento no segundo mandato foi de 2,1%, o modelo do modelo que sacrificava o crescimento e o emprego foi questionado durante o processo eleitoral, pelo partido que criticava duramente o ajuste fiscal, o cumprimento dos contratos e a elevada taxa de juros. O combate à inflação por meio da elevação da taxa de juros gerava novas pressões inflacionárias, fenômeno conhecido como dominância fiscal, o risco país se elevou.

Conforme Gremaud, Vasconcellos e Tonento Jr. (2009) o bom desempenho do setor externo em 2002 foi, possivelmente, o único indicador favorável da economia, resultado da forte desvalorização cambial, queda das importações e, conseqüentemente, baixo crescimento. O cenário de instabilidade que se instalara na economia, com aumento da dívida externa e uma inoperância do sistema de metas inflacionárias com câmbio flutuante, pode ser atribuído em parte, à insegurança sobre as decisões do novo governo em relação às políticas adotadas na economia até o momento.

Houve a manutenção das políticas adotadas no governo anterior, a renovação do acordo com FMI, a elevação da taxa de juros, a contenção da demanda e os ajustes fiscais, resultaram na reversão do processo inflacionário. O desempenho do setor exportador pode ser explicado pelo crescimento da economia mundial no período, pela desvalorização real do câmbio, o aumento dos preços das *commodities* e medidas de desoneração fiscal para o setor.

De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Tonento Jr. (2009) as exportações atingiram US\$ 137 bilhões em 2006, com crescimento acumulado no período de mais de 130%, enquanto que as importações passaram de US\$ 47 bilhões em 2002, para US\$ 92 bilhões em 2006. Os saldos comerciais foram crescentes ao longo do período e, chegaram a US\$ 46 bilhões em 2006, os superávits comerciais

diminuíram o passivo externo e ampliaram o superávit nas transações correntes, ocasionando uma melhora significativa nos indicadores de situação externa da economia, contribuindo para a diminuição do risco país e para a valorização cambial.

A situação fiscal apresentou superávits, resultado da melhora no perfil da dívida pública e da elevação da carga tributária e pelo menos 38% do PIB, manteve-se também a tendência de aumento dos gastos públicos, devido a gastos com juros, previdência e ampliação dos programas de transferência de renda. A taxa de juros ficou em torno de 11% a.a., permanecendo entre uma das maiores do mundo, o que contribuiu para a atração do capital estrangeiro e pressionou pela valorização da moeda, mesmo com as operações do BC, que aumentaram significativamente, o nível de reservas, chegou a US\$ 90 bilhões no primeiro mandato.

A taxa média de crescimento ao longo do período foi modesta e situou-se em 2,6% a.a., compatível com a política de estabilização adotada, em 2004, foi registrado o maior crescimento do período, 4,9%, contudo, mesmo com o aumento da formação bruta de capital, os limites da capacidade produtiva do país geraram pressões inflacionárias que foram contidas com aumento da taxa de juros. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr., 2009)

O consumo das famílias aumentou ao longo do período apesar do crescimento modesto da economia, esse fenômeno pode ser explicado pela expansão das transferências através de programas assistenciais e pela expansão do crédito através de mudanças no sistema financeiro do país, tais como a reforma da Lei de Falências, a bancarização das classes baixas assim como incentivos ao microcrédito e às cooperativas de crédito, além da criação da modalidade de crédito consignado, essas operação passaram de menos de 25% do PIB em 2002, para 35% do PIB em 2006.

Para Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2009) para que a economia cresça no longo prazo, é necessário que se aumente a taxa de investimento, que é diretamente relacionada ao produto potencial. Porém, a política de estabilização, com ênfase excessiva em política monetária, trava o crescimento sempre que este leva as pressões inflacionárias. As debilidades estruturais também são parte da explicação para o fraco desempenho da economia, tais como a elevada carga tributária, a falta de investimentos em infra-estrutura, o aumento dos gastos correntes do governo e as incertezas regulatórias sobre determinados setores da economia.

A carga tributária excessiva reduz consideravelmente a capacidade de investimento e poupança do setor privado, os gastos correntes do governo aumentam enquanto que os investimentos públicos em infra-estrutura não são suficientes frente às necessidades da economia. As incertezas regulatórias nesses setores inibem o investimento privado, o que contribui para as pressões inflacionárias e eleva o custo produtivo do país. Os investimentos em infra-estrutura são um dos principais requisitos para o aumento dos investimentos privados e conseqüentemente, a retomada de uma trajetória consistente de crescimento.

Conforme Santos e Silva (2010) a economia experimentou entre meados de 2006 até a crise financeira de 2008, uma trajetória de crescimento de 6,5% em média, o que representa o melhor desempenho da economia desde o Plano Cruzado. As políticas anticíclicas adotadas pelo governo são parte da explicação para esse crescimento, as reformas introduzidas no sistema financeiro em 2003, as políticas de redistribuição de renda e o aumento da participação do estado na economia são as variáveis que compõem esse resultado. No entanto, o processo de reprimarização da pauta de exportações da economia, sucinta dúvidas sobre o modelo de financiamento do modelo de crescimento no longo prazo.

Há um processo de especialização regressiva da pauta de exportações brasileira desde a implantação do Plano Real, contudo, a partir de 2006, essa queda na participação de manufaturados é significativamente maior, ao mesmo tempo, há um grande aumento na participação de *commodities*, incluindo atividades extrativas de petróleo e minério de ferro. Os padrões de crescimento da economia brasileira e da economia mundial mais do que a dinâmica da taxa de câmbio é que parecem ser os principais determinantes da dinâmica recente das exportações líquidas.

O aumento das importações de bens e serviços sucinta dúvida em relação ao padrão de financiamento da economia no longo prazo, dado o aumento da restrição externa. Desde 2003 o país tem investido em média 17,3% do PIB, sendo 0,6% na formação de estoques e o restante em FBKF, a poupança média externa situou-se próxima de zero no mesmo período e, o passivo externo da economia diminuiu de 12% para 8% do PIB, nota-se claramente que não há, portanto, uma restrição externa. (Santos e Silva, 2010)

Esse processo é diretamente ligado à conjuntura econômica de crescimento acelerado, que responde tanto pelo aumento do consumo das famílias como pelo aumento dos investimentos em FBKF notadamente, desde 2005 e à estrutura da

economia brasileira, extremamente dependente da importação de bens de capital e de bens intermediários desde a estabilização. Esse comportamento não é reversível no curto prazo, dada as cadeias produtivas perdidas ao longo do processo de especialização, uma vez sendo estrutural, não é razoável tampouco, esperar que uma desvalorização cambial tenha efeitos positivos no curto prazo.

Os níveis de investimento crescem a uma taxa de 2,5% desde 2004, o que é próximo da média do período de 1980-81 e bem inferior aos cerca de 4% observado na década de 1970. As reformas no sistema financeiro ampliaram o crédito na economia que passou de 24,5% do PIB em 2006, para 37,4% em 2008, os estímulos ao consumo sustentado pela política de aumentos reais do salário mínimo e de assistência social, que levou a uma redistribuição de renda. A política atual esta aproveitando ao máximo do potencial de crescimento dado o arranjo atual, mas, é determinante que se façam as mudanças necessárias para que o país continue crescendo. Tanto sob o ponto de vista político como social, constata-se que a política de redistribuição de renda deve ser mantida, ao mesmo tempo, que se faz necessárias mudanças marginais no modelo para garantir o crescimento e o desenvolvimento econômico.

3.3 UMA ANÁLISE PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

A estratégia de desenvolvimento por substituição de importações possibilitou a industrialização por meio de um relativo fechamento da economia para o exterior, ao estado coube a tarefa de fomentar e direcionar a dinâmica de crescimento através de barreiras seletivas à importação, políticas cambiais e uma forte associação com o capital estrangeiro. Houve de fato, grandes avanços na modernização da infra-estrutura econômica, na assimilação de tecnologias, na produção de bens intermediários, de capital e para a indústria pesada, além de uma melhora significativa no bem estar da sociedade, contudo, suas bases de sustentação não se mostraram consistentes com crescimento e desenvolvimento de longo prazo.

Ao final da década de 70 a estratégia foi abandonada, a fragilidade do modelo brasileiro de desenvolvimento foi exposta, internamente, devido aos desequilíbrios fiscais e no balanço de pagamentos, externamente, através dos sucessivos choques do petróleo e da política de juros norte-americanos, que

resultaram na crise da dívida externa, e, conseqüentemente, na década perdida de 80 caracterizada pela estagnação econômica e altas taxas de inflação.

Após uma década de políticas de estabilização mal sucedidas, a partir dos anos 90, os gestores de política econômica brasileira, adotam uma estratégia de desenvolvimento baseada em política monetária, ajustes fiscais e abertura econômica, defendidas pelo *mainstream* do pensamento econômico mundial e pelas instituições internacionais. A retomada do desenvolvimento econômico seria possível através de ajuste fiscal, liberalização econômica e privatizações, conferindo ao estado apenas, a manutenção do ambiente econômico.

As reformas do período lograram êxito na estabilização da economia, houve a criação e reformulação de instituições importantes para o desenvolvimento social e econômico brasileiro, no entanto, o choque que a abertura comercial proporcionou ao setor produtivo, impactou negativamente as indústrias brasileiras, contudo, a entrada de produtos mais competitivos beneficiou os consumidores.

A política excessivamente recessiva com manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, taxas de juros elevadas, compressão da demanda interna e um passivo externo crescente, resultaram, na média, em índices de atividade econômica abaixo da média mundial para o período analisado, ainda que com grandes incursões de investimento estrangeiro no país.

Esse quadro perdurou até meados de 2002, quando a economia foi gradualmente sendo beneficiada por mais um ciclo de expansão econômica mundial, representado especialmente, pelas baixas taxas de juros norte-americanas e pela demanda adicional de mercados emergentes, com destaque para a economia chinesa, ávida por *commodities*, o que impactou positivamente o setor primário-exportador da economia brasileira, além de promover a queda da chamada vulnerabilidade externa brasileira.

As políticas macroprudenciais e de abertura econômica foram amplamente utilizadas e até mesmo aprofundadas neste último período, contudo, há uma participação ativa do estado na economia, através de políticas de incentivo a demanda interna, ampliação e fortalecimento das instituições de crédito e transferências de renda que formam parte importante da explicação para a superação da crise econômica mundial de 2008.

4 A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO CHINESA

A seção a seguir tem por objetivo apresentar a evolução da estratégia de desenvolvimento da economia chinesa após a Revolução de 1949 até meados de 2008. O modelo de desenvolvimento adotado pode ser dividido em dois períodos distintos, porém, complementares, a primeira fase, uma economia relativamente fechada e de planejamento central e, a segunda fase, um período de reformas e abertura econômica que vem sendo administrada até os dias de hoje, propondo uma inserção no comércio internacional, com atração de investimento estrangeiro direto subordinado aos objetivos nacionais.

A estratégia é fundamentada em industrialização econômica, o governo estimula a entrada de investimento estrangeiro subordinado a estratégia nacional de assimilação tecnológica e de processos de produção por empresas nacionais. O governo chinês estipula metas de crescimento e desenvolvimento de longo prazo, para tanto, se utiliza de política fiscal e monetária, para influenciar os custos e proporcionar os níveis de investimento necessários para realizar o processo de *catching up* e aumentar a competitividade e a produtividade dos setores da economia no mercado internacional.

4.1 MUDANÇA DE PARADIGMAS E CRESCIMENTO ECONÔMICO (1949-1978)

De acordo com Pomar (2009) a civilização chinesa experimentava muito antes dos europeus, uma transição econômica importante, de uma economia escravagista para uma economia feudal, com grandes potencialidades, nas áreas tecnológicas e comerciais. No entanto, a expansão do comércio internacional para os países árabes e europeus, acirrou uma disputa comercial interna entre os comerciantes e senhores feudais, em favor dos últimos que resultou no primeiro fechamento da economia para as relações internacionais. As conseqüências no âmbito econômico foram a perda do dinamismo econômico e tecnológico.

Conforme Neto (2005) simultaneamente, o século XIX foi marcado pela por avanços industrializantes, crescimento econômico e projetos de expansão imperialistas por ocidentais e japoneses. O assédio a economia chinesa, foi constante e na grande maioria das vezes violento, subjugando sua economia e seu território, transformando-a numa quase colônia, exportadora de matérias-primas.

Segundo Neto (2005) após a Revolução de 1949 e, sob a influência da União Soviética, o governo procurou desenvolver simultaneamente, a indústria pesada e a infra-estrutura da economia com planejamento central do estado, através do 1º Plano Quinquenal (1953-1958). Os investimentos na agricultura, na educação, na saúde e bem-estar da sociedade, foram deixados em segundo plano, optou-se por um consumo menor no presente, o que possibilitou que os recursos escassos da economia fossem investidos em novos empreendimentos que garantiriam, no futuro, um consumo maior.

O plano de desenvolvimento adotado promoveu grandes desequilíbrios na economia. Havia grandes discrepâncias entre a indústria leve e pesada, a escassez de bens de consumo pressionou os preços e o pleno emprego forçado nas comunas resultou em menos produtividade. Foi sob esse cenário que ocorreu o Movimento das Cem Flores (1957) que era para ser inicialmente, um esforço intelectual para o aprimoramento do modelo socialista de desenvolvimento e se tornou, um palco de insatisfações e ataques ao modelo. (Pomar, 2009)

O modelo de desenvolvimento baseado na experiência russa provocou profundos desequilíbrios e pressões na economia chinesa, para fazer frente a esses problemas, Mao reformulou o plano desenvolvimento, por meio do Grande Salto Adiante (1958-1962) que pretendia equilibrar o crescimento dos diversos setores da economia através da utilização das experiências de sucesso em várias economias. As comunas foram substituídas por cooperativas, houve a preocupação em desenvolver simultaneamente, a indústria leve e pesada, além da agricultura, o período foi marcado pela descentralização administrativa e pela criação de pequenas indústrias rurais.

Conforme Angresano (2008) o Grande Salto foi um tentativa de crescimento mais equilibrado, que aproveitasse as potencialidades locais, essa autonomia política, desagradou profundamente a União Soviética que acreditava apenas no planejamento central como modelo de crescimento. A divergência sobre o caminho certo a seguir, levou a retirada dos técnicos russos e do apoio a economia chinesa, e a ruptura das relações entre os países. O projeto de industrialização rápida fracassou principalmente devido à tentativa de descentralização da produção industrial sob uma base produtiva inadequada aliada a ausência de conhecimentos técnicos.

Adicionalmente, as condições climáticas adversas, resultaram em uma escassez de matéria-prima e de alimentos, o que ocasionou uma grande fome no país, estima-se que ao menos 20 milhões de pessoas tenham morrido de fome entre 1960-61. Porém, até meados de 1970, os principais objetivos estabelecidos por Mao haviam sido alcançados, foram removidas as estruturas colonialistas e as influências imperialistas sob a economia, foram criadas as bases para uma sociedade mais igualitária e com ampla coesão cultural. A estabilidade política possibilitou melhorias significativas sobre o padrão de vida da população, através do fornecimento universal de saúde pública e educação.

A reforma agrária com desapropriação das classes de negócios, coletivização da agricultura e concentração dos meios de produção pelo estado, possibilitou uma acumulação em escala sem precedentes, ao final dos anos de 1950, a receita do governo em relação ao PIB foi de cerca de 30%. Dado montante de receitas e o apoio da União Soviética possibilitaram a expansão dos investimentos. Houve melhoras significativas não apenas na formação de ativos físicos, mas também, na formação de capital humano, através de investimentos em saúde e educação. (Rawski, 2009)

As três décadas de socialismo chinês resultaram em um misto de realizações e retrocessos, a criação de sistemas de produção completos na maioria das províncias contribuiu substancialmente para o crescimento iniciado após a morte de Mao em 1976. A desregulamentação introduzida pelo Grande Salto em 1950 incentivou os governos locais a buscar o crescimento e conseqüentemente, estimulou a concorrência entre as fábricas chinesas. Até mesmo as reformas iniciadas em 1970 foram beneficiadas pelos sistemas rurais coletivos, visto que a conscientização dos aldeões chineses sobre as circunstâncias externas acelerou a resposta empresarial do setor.

4.2 ECONOMIA SOCIALISTA DE MERCADO (1978-2008)

As reformas iniciadas em 1978, por Deng Xiaoping, tinham por objetivo, aumentar a renda e diminuir a pobreza, que eram os maiores problemas herdados da era maoísta. As quatro modernizações foi um esforço desenvolvimentista em sentido amplo, abrangia a agricultura, a indústria, as áreas da ciência e tecnologia e a defesa nacional. Optou-se pelo desenvolvimento de uma economia socialista de

mercado, que busca o crescimento com equidade, combinando planejamento e iniciativa privada, a fim de garantir a introdução de um ambiente competitivo gradualmente. (Angresano, 2005)

Ao evitar grandes reformas, o governo chinês minimizou os prejuízos sociais, ao começar pequenas reformas em nível local, observando os resultados, modificando a estratégia quando necessário e, posteriormente, introduzindo reformas semelhantes em outras áreas da economia. Ao declarar que não importava a cor do gato, desde que caçasse ratos, Deng deixa clara a mudança de paradigma pelo novo governo, a ênfase no idealismo político foi substituída pelo pragmatismo econômico.

As reformas iniciaram-se pela agricultura, foi devolvida às famílias a responsabilidade sobre os excedentes produtivos, a elevação nos preços dos produtos agrícolas resultou em maior produtividade e ampliação da atividade econômica nas áreas rurais. Por meio de barreiras institucionais a mobilidade social, o governo levou a mão-de-obra rural a “sair da terra sem sair da aldeia” (Arrighi, 2008, pág. 367). As Empresas de Aldeias e de Municípios (EAMs) são fundamentais para a economia chinesa, pois absorvem uma grande quantidade de mão-de-obra, diminuindo a pressão sobre os centros urbanos além de gerarem renda no campo.

A descentralização fiscal e a avaliação sob o desempenho dessas empresas levou os governos locais a investirem no crescimento das empresas, por serem pouco regulamentadas, atuam em várias esferas da produção, pressionando a competitividade em vários setores. Em 1990 o governo tornou coletiva a propriedade dessas empresas, obrigou que metade dos lucros fosse reinvestida na produção e instituiu assistência e incentivos aos empregados. Apesar de constituírem uma fonte generosa de tributos ao governo, estes não incidem sobre o camponês individual o que garante a estabilidade social.

Conforme Pomar (2009) o governo chinês investe cerca de US\$ 12 bilhões anualmente em instituições voltadas a pesquisa científica, assimilação tecnológica e de métodos gerenciais e processos de produção para as empresas chinesas. O governo mantém fundos especiais para substituir tecnologias atrasadas gradualmente, o investimento estrangeiro direto é aceito mediante transferência tecnológica, através de incubadoras que possibilitam a difusão dos novos conhecimentos no médio e longo prazo pela economia chinesa.

De acordo com Arrighi (2008) as instituições de ensino chinesas se caracterizam por serem mais abertas a influências externas, do que as de outros países asiáticos, os estudantes chineses também buscam mais instrução em outros países, é cada dia maior o número desses estudantes em instituições européias e americanas. Porém, o crescimento rápido e sustentado da economia chinesa faz com que esses estudantes voltem ao país, o que caracteriza mais um importante aspecto da competitividade chinesa.

A principal vantagem competitiva da economia chinesa esta baseada na criação de um grande contingente de mão-de-obra especializada, há uma preocupação em criar um reservatório crescente de operários alfabetizados, de engenheiros e técnicos, que substituem investimentos em máquinas e administradores com um custo de manutenção consideravelmente menor. As Zonas de Processamento Especial (ZPEs) ilustram de forma clara a opção estratégica do governo pela promoção do desenvolvimento com o uso intensivo de conhecimento, sem, no entanto, renunciar ao uso intensivo de mão-de-obra.

O processo de internacionalização da economia chinesa é feito em etapas, inicialmente, em 1979, o governo elegeu quatro regiões para a atração de investimento estrangeiro direto, era oferecido subsídios fiscais, redução de procedimentos burocráticos, eliminação de impostos sobre a importação de insumos para a produção voltada ao comércio internacional, etc. Em contrapartida, era exigida a transferência tecnológica, *expertise* e canais de produção. (Cardoso JR., Acioly e Matijastic, 2009)

As regiões escolhidas são estratégicas, localizadas em toda a região costeira, próximas de pólos produtivos para exportação como Hong Kong e Macau, são as regiões de Shenzhen, Zhulai, Shantou e Xiamen. A partir de 1984, o processo foi aprofundado, o governo criou mais quatorze zonas de comércio para o exterior, as "cidades abertas", sob o nome de Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET), o monopólio estatal sobre o comércio exterior foi eliminado, foi instituído um sistema de barreiras tarifárias e não tarifárias, criando mais atratividade ao IED.

O processo de substituição de importações gerou uma pressão inflacionária, visto que as importações cresceram no período em 50%. A moeda foi desvalorizada e, em 1986, foi criado um mercado secundário de câmbio, para que os exportadores pudessem transacionar suas divisas com valores maiores que o oficial. Em 1994

houve uma reforma tributária, o objetivo era adaptar a economia a maior exposição ao mercado internacional (tendo em vista a posterior entrada na OMC) e fortalecer a estrutura do governo. Os tributos sobre valor adicionado e impostos diretos sobre as empresas constituem uma maior semelhança em relação ao padrão verificado nas economias em geral. (Cardoso JR., Acioly e Matijastic, 2009)

Em 1992, foram instituídas mais dezoito ZDTEs e criadas uma nova modalidade de ZEE, denominadas de Zonas de Desenvolvimento de Alta Tecnologia, a partir do ano de 2000, foi implantado um programa de desenvolvimento do Oeste, no interior ocidental, por meio das ZEEs. Em 2001, com o ingresso na OMC, levou o governo a adotar mais mecanismo de mercado na economia, através do nivelamento dos incentivos tributários entre empresas nacionais e estrangeiras. Até 1990, o IED era predominantemente sob a forma de *joint ventures*, quando passou a apresentar um caráter mais independente em relação à associação nacional, predominando o controle estrangeiro integral.

De acordo com Morrison (2009) o investimento estrangeiro direto tem possibilitado aumentos de produtividade muito elevados na economia chinesa, que em 1985, possuía apenas US\$ 2 bilhões, para nada menos do que US\$ 92 bilhões em 2008. As empresas estrangeiras respondem por pelo menos 31,5% da produção industrial bruta do país e empregam pelo menos 42 milhões. As reformas possibilitaram o aumento da economia em pelo menos 14 vezes o tamanho inicial da economia, e de 11 vezes o valor do PIB real per capita. A economia cresceu na média, 9,90% contra 5,3% nos anos que antecederam a reforma.

A taxa de poupança é outro diferencial da economia chinesa, em 1979, a poupança respondia por 32% do PIB, em 2008, a taxa de poupança chegou a 52% do PIB. Em 2008, o PIB chinês chegou a US\$ 4,2 trilhões, enquanto que o PIB *per capita* chegou a US\$ 3.190 dólares. Alguns economistas, no entanto, entendem que o uso de taxas nominais subestima o tamanho da economia chinesa, ao se utilizar o PPC, que converte a moeda estrangeira em dólares, com base em uma cesta de mercadorias, se obtém o poder real de compra da moeda, visto que os preços dos produtos e serviços são significativamente mais baixos que nos EUA.

Para Arrighi (2008) as privatizações e a desregulamentação do mercado chinês avançam de forma mais lenta e gradual na economia chinesa, do que o recomendado pelo *main stream* do pensamento econômico. Ao contrário, o desempenho da economia foi assegurado pela preocupação do governo em criar um

ambiente econômico competitivo, as reformas buscaram criar uma sintonia fina entre crescimento econômico, fluxos de investimento estrangeiro, desenvolvimento da infra-estrutura e da qualificação da mão-de-obra do país.

O governo direcionou as inversões estrangeiras e os recursos internos para a criação de zonas de comércio intensivas em mão-de-obra e tecnologia. Ao impor o ritmo de desenvolvimento, a estratégia buscou reduzir pressões de massas de trabalhadores desempregados sobre a economia e ao incentivar o processo de *catching up* tecnológico por meio de incubadoras de pesquisa e desenvolvimento de projetos de alta tecnologia.

“O simples tamanho da China permitiu que ela construísse três conglomerados industriais básicos, cada um com sua própria especialização: o delta do rio Pérola é especializado em indústrias que fazem uso intensivo de mão-de-obra, em produção e montagem de peças de reposição; o delta do rio Yang-tsé é especializado em setores que fazem uso intensivo de capital e em produção de carros, semicondutores, celulares e computadores; e Zhongguan Cun, em Pequim, é o vale do Silício da China.” ARRIGHI (2008).

De acordo com Pomar (2009) os investimentos no oeste são parte do plano de equilibrar o crescimento na economia, através da implantação dos projetos utilizados no leste. Há incentivos aos capitais nacionais e estrangeiros, bem como apoio científico e educacional. Existem pelo menos sessenta projetos considerados estratégicos na região, como por exemplo, o Vale do Silício chinês, situado em Zhongguan, que concentra atividades intensivas em alta tecnologia, produção de informação eletrônica, software, biomedicina, aeronáutica, astronáutica, etc. Esses incentivos levaram a região a apresentar um crescimento acelerado, semelhante ao experimentado pelas regiões litorâneas há 25 anos.

Segundo Constant, Tien, Zimmerman e Meng (2010) a manutenção da taxa de juros baixa e da moeda desvalorizada, são parte da estratégia de inserção competitiva da economia no comércio internacional. A moeda desvalorizada aumenta a competitividade do setor exportador e compensa a defasagem tecnológica em relação a outros países, da mesma forma, a baixa taxa de juros favorece a entrada de investimento produtivo no país, além de permitir o aumento no volume de reservas e o nível de investimento na economia sem gerar pressões inflacionárias.

A moeda desvalorizada gera grandes excedentes comerciais através da promoção do setor exportador, e provoca enormes déficits em relação aos seus

parceiros comerciais. O modelo de desenvolvimento chinês fez surgir o termo “Consenso de Pequim”, em que a poupança e o investimento são a fonte de crescimento e desenvolvimento das economias emergentes. Alguns especialistas alertam sobre a possibilidade de o governo chinês começar a vender suas reservas em dólares no mercado, no entanto, é altamente improvável, pois iria impactar negativamente o valor dos haveres monetários do governo e levaria a uma valorização da moeda, além de provocar uma instabilidade econômica global.

As exportações chinesas cresceram entre os anos de 2002-2008 a uma taxa anual de 339%, equivalente a uma taxa anual de 23,5%, enquanto que as importações respondem por 283%, ou, o equivalente a uma taxa anual de 21,2%. No entanto, grande parte da quantidade importada são peças e componentes que são para montar produtos no país para serem exportados. O superávit chinês foi de US\$ 297 bilhões em 2008, puxado pelo setor exportador, pelo investimento estrangeiro e pela compra de moeda estrangeira para manter a moeda desvalorizada. Ao final de 2009, a China se tornou a maior detentora de reservas mundiais, com US\$ 2,3 trilhões. (Morrison, 2009)

Em 2000, o país começou uma nova estratégia de inserção internacional, um “Go Global”, incentivando as empresas chinesas a investirem no exterior, principalmente as empresas estatais, visando a alocação mais eficiente das reservas cambiais, que estão em sua maior parte, investidas em títulos americanos. Em 2007, o governo criou a China Investment Corporation, o objetivo é a compra de empresas estrangeiras, para a captação de novas tecnologias, como por exemplo, a compra da empresa IBM pela empresa de informática Lenovo Group Limited.

A aquisição e participação em empresas produtoras de matérias-primas, busca aumentar a participação em matrizes energéticas, como minérios e petróleo. O crescimento da economia tem pressionado a demanda por petróleo, 7,6 milhões de barris por dia em 2007, tornando-se o segundo maior consumidor do mundo. O governo mantém uma política engajada de fortalecimento dos laços comerciais em todo o mundo, através de isenções tarifárias, empréstimos etc. A economia possui grandes desafios de longo prazo para assegurar o ritmo de crescimento e desenvolvimento econômico, deve buscar equilibrar o crescimento, especialmente com o desenvolvimento do mercado interno. (Morrison, 2009)

A crise financeira de 2008 evidenciou a extrema dependência em relação ao comércio exterior, o *renminbi* continua muito desvalorizado em relação dólar. O setor

bancário é controlado pelo governo, que determina as taxas de juros e linhas de crédito, estima-se que 50% dos empréstimos dos bancos estatais são para as empresas estatais, que desviam recursos de setores eficientes e quase sempre não há retorno, o que impossibilita a abertura do setor financeiro à concorrência estrangeira. O consumo de carvão responde por 70% do consumo energético do país, que contribuem para os níveis de poluição, estima-se que os gastos com danos ambientais respondem por 10% do PIB.

Para Angresano (2008) a estratégia chinesa é marcada pelo gradualismo, diminuindo a participação do estado na economia, à medida que o setor privado nacional se desenvolve o que atenua os possíveis efeitos negativos da concorrência externa. O controle do sistema financeiro possibilitou o crédito seletivo para setores considerados estratégicos, o lento desenvolvimento do mercado de ações impede a fuga de capitais e a política do filho único, apesar de impopular, aumentou os salários devido à diminuição de trabalhadores além de aumentar a participação feminina no mercado de trabalho.

Conforme Lin (2010) ao optar por uma dupla abordagem, fornecendo proteções transitórias até que as empresas consideradas estratégicas adquirissem competitividade, possibilitando a entrada de investimentos externos e estimulando o desenvolvimento de setores intensivos em trabalho e tecnologia ao mesmo tempo, a economia chinesa vem conseguindo transitar de uma economia socialista para uma economia de mercado com estabilidade.

A economia chinesa percebeu a importância do mercado internacional para a realização de economias de escala, a dinâmica das exportações chinesas tem impactado positivamente o bem estar de consumidores no mundo inteiro. Mesmo as importações, principalmente de matéria-prima e de máquinas e componentes tem elevado o padrão de desenvolvimento de várias economias. As vantagens em custos possibilitaram a economia chinesa, se tornar a maior plataforma de exportações globais no mundo. (Dahlman, 2007)

A economia chinesa possui uma estratégia de cinco pontas, a primeira, foi de importar um grande número de indústrias e bens de capital, a segunda, constitui a engenharia reversa, copiando o conhecimento estrangeiro, a terceira, é os grandes investimentos em capital humano, a quarta, caracteriza a aquisição de conhecimento estrangeiro mediante o investimento estrangeiro direto e, a quinta, é o

desenvolvimento endógeno de tecnologia e conhecimento, através dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Pode-se afirmar que a economia chinesa tem adotado as primeiras orientações do Consenso de Washington, em relação à estabilidade macroeconômica e infra-estrutura, mas vem evitando as outras orientações em relação à liberalização financeira, privatizações e desregulamentação do mercado.

Ademais, o modelo chinês, enfatiza a inovação, o desenvolvimento científico, tecnológico e o ensino superior, que não são abordados no Consenso, mas são vistos nos modelos asiáticos de desenvolvimento. (Lee, Jee e Eun, 2007)

Porém, o que difere o modelo chinês dos demais, e que permite que seja denominado de Consenso de Pequim, é o caráter inovador endógeno, ou seja, enfatiza a engenharia para frente, e não apenas a engenharia reversa, que caracteriza a maioria das economias asiáticas. As intervenções microeconômicas devem ser combinadas com mudanças nos níveis de tecnologia e educação, o desenvolvimento tecnológico e do capital humano são caracterizados como elementos essenciais para elevar o crescimento potencial da economia no longo prazo, a dinâmica do crescimento esta intimamente ligada à estrutura de produção existente na economia.

Para Lee, Jee e Eun (2007) através de grandes empresas nacionais, busca assimilar capacidades que faltam a suas empresas, por meio da aquisição de multinacionais como, por exemplo, a aquisição da IBM pela Lenovo. A construção de uma marca é um processo longo, a aquisição permitiu a empresa nacional chinesa, ganhar uma parcela significativa do mercado internacional e possibilitou a assimilação de tecnologia de ponta.

4.3 UMA ANÁLISE PARA A ECONOMIA CHINESA

A proclamação da República Popular da China em 1949 marca o fim da exploração imperialista no país e o início de um projeto de desenvolvimento econômico e social marcado pelo planejamento central da economia pelo estado. Inicialmente, a orientação soviética no plano de desenvolvimento nacional, que priorizava a indústria pesada e investimentos em infra-estrutura em detrimento dos setores de bens de consumo e indústria leve, promoveu grandes desequilíbrios na economia e levaram a grandes convulsões sociais.

A resposta chinesa aos desequilíbrios do modelo soviético de desenvolvimento adveio com o Grande Salto Adiante (1958-1961) que aspirava desenvolver diversos setores da economia de forma simultânea e rápida, desde a agricultura, a infra-estrutura, às indústrias leves e pesadas, houve a substituição das comunas por cooperativas, através da descentralização administrativa buscou-se dar mais autonomia aos governos locais para que perseguirem o crescimento de suas províncias através do uso de melhores métodos de administração e tecnologias, além de investimentos na educação.

O projeto de modernização econômica de forma ampla e rápida esbarrou na falta de preparo técnico e condições adversas de clima da época, que resultou em falta de matérias-primas e alimentos para a população, estima-se que pelo menos 20 milhões de pessoas tenham morrido de fome. Adicionalmente, as divergências em relação a políticas a serem adotadas, resultaram no fim da parceria entre chineses e russos, além de uma série de revoltas e novas adaptações no projeto de desenvolvimento econômico chinês.

A reaproximação da China com os Estados Unidos, a morte de Mao Tse Tung e a ascensão ao poder de Deng Xiaoping em 1978 resultaram em uma reorientação do modelo de desenvolvimento chinês. A política utilizada teve como característica essencial, a diminuição do estado na economia e a abertura para as trocas internacionais, contudo, essa abertura que vem sendo administrada até os dias de hoje, através da introdução de um ambiente competitivo considerando e, principalmente, incentivando a competitividade da economia nacional através da concorrência interna e externa, da experimentação de políticas de incentivo ao desenvolvimento em algumas regiões para posterior implantação em maior escala na economia, garantindo um cenário estável para a abertura e inserção econômica.

Deng, ao afirmar que não importava a cor do gato, desde que cassasse ratos, deixou claro o objetivo das reformas executadas na economia através das Quatro Modernizações, que contemplavam as áreas da agricultura, da indústria, da defesa nacional e da ciência e tecnologia, a abertura econômica seria a melhor forma de inserção no comércio internacional, desde que fosse administrada pelo estado, através de políticas de introdução de tecnologias e melhores métodos de produção e administração, além da captação seletiva de recursos externos.

As reformas foram aprimoradas ao longo do período, hoje a agricultura é fundamental na economia chinesa, além de absorver um grande volume de mão-de-

obra, as empresas rurais constituem uma fonte de receitas para o governo. A política industrial incentivou a entrada de investimento estrangeiro no país através das zonas econômicas especiais e de desenvolvimento tecnológico, localizadas nas regiões litorâneas, por meio de incentivos fiscais.

Contudo, o investimento estrangeiro direto, é condicionado, deve transferir tecnologias e métodos de administração às empresas nacionais associadas, o que permite a difusão do conhecimento na economia no médio e longo prazo. A moeda também é um elemento da política industrial, ao sustentar o Yuan substancialmente desvalorizado em relação a outras moedas, consegue manter seu volume de exportações e assegura ainda, um grande volume de captação de poupança, garantindo a capacidade de investimento na economia, com taxas de juros baixas e sem pressionar a inflação.

O governo está interiorizando a política industrial através da revitalização de antigos pólos industriais. Busca também reduzir a dependência em relação ao comércio internacional, através do desenvolvimento do mercado interno. Verifica-se ainda, investimentos em matrizes energéticas em outros países, a fim de garantir competências estratégicas e confirmar a competitividade e poder da economia.

5 CONCLUSÃO

A partir da análise da evolução das estratégias de desenvolvimento utilizadas pela economia brasileira e chinesa, percebe-se a preferência da última por uma estratégia mais condizente com a teoria de crescimento e desenvolvimento econômico. A economia chinesa busca aprimorar sua vantagem competitiva através de uma política de diversificação industrial e mudança estrutural da economia. Para tanto, se utiliza das vantagens de custos e direcionamento dos investimentos em setores considerados estratégicos.

O governo direciona os investimentos nas regiões do país, segundo a potencialidade de cada província, o que eleva a produtividade do investimento. O modelo de desenvolvimento combina investimentos em setores intensivos em capital e trabalho, com o objetivo claro de evitar pressões sobre a economia.

Há uma preocupação em fornecer um ambiente econômico favorável ao processo de maturação econômica desejado, o país combina incentivos objetivos e subjetivos na economia. Através de políticas de apoio direto aos projetos tidos como prioritários, que envolvem tecnologias avançadas, o governo utiliza política monetária e fiscal, para favorecer a competição pelo mercado internacional. E, apoio indireto, que influenciam os custos das empresas, o governo investe em infraestrutura, educação, ciência e tecnologia.

O poder econômico e política da economia chinesa sobre a economia mundial esta se ampliando. As empresas chinesas estão aumentando sua participação na economia mundial através da expansão extraterritorial de suas empresas, comprando participações em empresas de matérias-primas, promovendo alianças comerciais. O crescimento da economia chinesa é função de outras variáveis, tais como o desenvolvimento do mercado interno e o desenvolvimento sustentável da economia, sobretudo, sob o aspecto ambiental.

É óbvio que a experiência chinesa não pode ser reproduzida, mas as lições sobre abordagem do desenvolvimento econômico como um processo dinâmico, que passa pela estabilidade econômica, mas também, pelo desenvolvimento tecnológico endógeno deve servir de inspiração para o desenvolvimento das economias emergentes. Especialmente para o Brasil, que possui grandes potencialidades, mas ao que tudo indica esta na contramão da teoria do crescimento.

A economia brasileira por sua vez, possui uma estratégia de inserção internacional cíclica, mantém uma sintonia fina com o movimento de expansão ou retração dos ciclos de liquidez internacional. Portanto, não é condizente com a teoria do crescimento e desenvolvimento econômico, que defende a adoção de políticas de longo prazo como forma de alcançar os níveis mais elevados e, portanto, mais eficientes de vantagens competitivas no comércio internacional.

A estratégia de industrialização por substituição de importações não conferiu a economia uma vantagem competitiva consistente com um crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo. O fechamento da economia para o comércio internacional deteriorou a capacidade de concorrência da indústria brasileira, além de perder uma fase importante da inovação tecnológica.

Os altos custos de manutenção da estratégia com captação de poupança externa, política fiscal, creditícia e monetária, levaram ao colapso macroeconômico em meados de 1980, além de contribuir para a tendência de concentração de renda na economia. O processo de abertura e reestruturação da economia seguiu os preceitos neoliberais.

A internacionalização da base industrial da economia foi praticamente completa, os investimentos em infra-estrutura diminuíram bruscamente, os investimentos em educação, ciência e tecnologia também diminuíram ou foram de baixa qualidade. O país foi beneficiado em meados de 2003 pelo novo ciclo de liquidez internacional, devido principalmente a demanda por *commodities* da China.

A economia brasileira esta voltando a ser uma economia primário-exportadora, com pouca produtividade do capital, força de trabalho sem qualificação e extremamente frágil as oscilações no mercado internacional. A economia esta fadada ao modelo de competição baseado em vantagens competitivas menos sofisticadas e, portanto, mais frágeis, caso permaneça com essa estratégia de inserção no comércio internacional.

O Brasil precisa mudar o padrão de desenvolvimento, em relação à atração de investimento estrangeiro direto, a cultura empresarial nacional, o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como a natureza do investimento público, para promover o desenvolvimento de vantagens competitivas mais sofisticadas, condizentes com a teoria do crescimento e desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

ANGRESANO, J. **China's Development Strategy: A Game of Chess That Coutered Orthodox Development Advice.**

Disponível em:

<<http://www.collegeofidaho.edu/academics/political/Angresano/publications/ChinaDevelPublishedCopy.pdf>>

AREND, M. **50 Anos de Industrialização do Brasil (1955-2005): Uma Análise Evolucionária.**

Disponível em :

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16408/000697917.pdf?sequence=1>>

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim.** São Paulo: BoiTempo, 2008.

BRESSER, L.C.P. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico.**

Disponível em:<www.bresserpereira.org.br/.../07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>

BRESSER, L.C.P. **O Novo Modelo de Desenvolvimento.** Revista de Ciências Sociais, 55, vol. 14, Outubro-Dezembro 1974.

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/capitulo11.pdf>>

BRESSER, L.C.P. **A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?**

Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-AcriseAmericaLatina.pdf>>

CONSTANT, F..A.; TIEN, N.B.; ZIMMERMANN, F.K.; MENG, J. **China's Overt Economic Rise and Latent Human Capital Investment: Achivieving Milestones and Competing for the Top.**

Disponível em: <<http://ftp.iza.org/pp19.pdf>>

CARDORSO JR., C. J.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. **Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudo de experiências internacionais selecionadas.**

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2920&Itemid=>

CHANG, H-J. **Chutando a Escada: A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica.** Unesp, 2004.

CLARCKE, S. **Keynesianism, Monetarism, and the Crisis of the State.**

Disponível em: <http://www.revalvaatio.org/wp/wp-content/uploads/clarke-keynesianism_monetarism_and_the_crisis_of_the_state.pdf>

DAHLMAN, J. C. **Development Strategies of China and India: Lessons for Brazil.**

Acesso em: 30/03/2010

FONSECA, D.C.P. **O Processo de Substituição de Importações.** 2003.

Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/capitulo11.pdf>>

GONÇALVES, R.; BAUMANN, R.; PRADO, L.C.D.; CANUTO, O. **A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

GREMAUD, P.A.; VASCONCELLOS S.A.M.; TONETO JR., R. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2009.

GRIFFIN, K. B. **Alternative Strategies For Economic Development**. United Kingdom: Macmillan Press, 1999.

LEE, K.; JEE, M.; EUN, J-K., **China's Economic Cath-up in a Comparative Perspective: Washington Consensus, East Asian Consensus or Beijing Model**.
Acesso em: 30/03/2011

LIN, Y.J. **The China Miracle Demystified**.
Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/ChinaMiracleDemystified-Shanghai.pdf>>

MORRISON, M. W. **China's Economic Conditions**.
Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33534.pdf>>

MINTZEBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, j. **Safári de Estratégia: Um Roteiro Pela Selva do Planejamento Estratégico**. Bookman, 2000.

NASSIF, A. **Estratégias de Desenvolvimento em Países de Industrialização Retardatária: Modelos Teóricos, a Experiência do Leste Asiático e Lições para o Brasil**.
Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Revista_do_BNDES/200506_11.html>

NETO, M.A. **Dilemas do Desenvolvimento na China: Crescimento Acelerado e Disparidades Regionais (da Revolução Comunista à Globalização)**.
Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4304>

NELSON, R.R. e WINTER, S.G. **Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica**. Campinas Unicamp, 2005.

OLIVEIRA, B. G. **Algumas Considerações Sobre Inovação Tecnológica, Crescimento Econômico e Sistemas Nacionais de Inovação**.
Disponível em: <www.fae.edu/publicacoes/.../algumas_consideracoes_sobre.pdf>

POMAR, W. **China: Desfazendo Mitos**. São Paulo: Publisher Brasil, 2009

RAWSKI, G.T. **China's Economy and Global Interactions in the Long Run?**
Disponível em: <<http://www.nottingham.ac.uk/cpi/documents/discussion-papers/discussion-paper-53-rawski-china-global-interaction.pdf>>

PORTER, M. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ROSSETTI, P. J. **Introdução à economia**. Atlas, 1991.

SERRA, J. **Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após-guerra**. Revista de Economia Política, vol. 2/2, n.º 6, abril-junho/1982.

Disponível em:< <http://www.rep.org.br/pdf/06-1.pdf>>

SANTOS, M.H.C.; SILVA, M.C.A. **Um Panorama Macroeconômico das Finanças Públicas 2007-2010**.

Acesso em:09/11/2010

SUZIGAN, W.; VERSIANI, F. **O Processo Brasileiro de Industrialização: Uma Visão Geral**.

Departamento de Economia da UnB, nº 10, Brasília, Junho 1990.

Disponível em:

<http://www.ufpe.br/decon/sitedecon/visao/professor/arquivos/acervo/55/versiani_suzigan_Industrializacao_brasileira___visao_geral.pdf>

VIANNA, B.S. **A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. Banco Nacional de Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Jun 1987.

Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/pr111.pdf>

VIANNA, B. S. Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1951. In: ABREU, P.M. ...[et al.]. **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. P. 105-122. São Paulo: Campus, 1990.